

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	4
2.3 - Outras informações relevantes	5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	8
3.4 - Política de destinação dos resultados	9
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	10
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	11
3.7 - Nível de endividamento	12
3.8 - Obrigações	13
3.9 - Outras informações relevantes	14

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	15
4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos	25
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado	34
5.3 - Descrição dos controles internos	38
5.4 - Programa de Integridade	40
5.5 - Alterações significativas	43
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	44

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	45
6.3 - Breve histórico	46
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	47
6.6 - Outras informações relevantes	48

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas	49
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	50
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	51
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	53
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	54
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	55
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	56
7.8 - Políticas socioambientais	57
7.9 - Outras informações relevantes	58

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários	59
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	60
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	61

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	62
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	63
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	64
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis	65
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	66
9.2 - Outras informações relevantes	67
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	68
10.2 - Resultado operacional e financeiro	80
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	83
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	84
10.5 - Políticas contábeis críticas	85
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	87
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	88
10.8 - Plano de Negócios	89
10.9 - Outros fatores com influência relevante	90
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	91
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	92
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	93
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	96
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	99
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	100
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	101
12.7/8 - Composição dos comitês	112

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	119
12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	120
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	138
12.12 - Outras informações relevantes	139

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	140
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	144
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	148
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	149
13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	150
13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	151
13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	152
13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções	153
13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	154
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	155
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	156
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	157
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	158
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	159
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	160
13.16 - Outras informações relevantes	161

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	162
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	164

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	165
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	166
14.5 - Outras informações relevantes	167
15. Controle e grupo econômico	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	168
15.3 - Distribuição de capital	182
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	183
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	184
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	185
15.7 - Principais operações societárias	186
15.8 - Outras informações relevantes	187
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	188
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	189
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	194
16.4 - Outras informações relevantes	195
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	196
17.2 - Aumentos do capital social	197
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	198
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	199
17.5 - Outras informações relevantes	200
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	201
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	203

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	204
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	205
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	207
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	208
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	209
18.8 - Títulos emitidos no exterior	210
18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	211
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	212
18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	213
18.12 - Outras informações relevantes	214
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	215
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	216
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	218
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	219
20.2 - Outras informações relevantes	220
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	221
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	222
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	223
21.4 - Outras informações relevantes	224

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Antonio José Ambrozano Neto

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Rubens Bution

Cargo do responsável

Diretor Presidente

1.1 – Declaração do Diretor Presidente



São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos

Rubens Bution

Diretor Presidente

(original assinado)

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores



São Paulo, 31 de maio de 2018.

Declaro e atesto que:

- a) Revi o Formulário de Referência do ano 2018;
- b) Todas as informações contidas no Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 a 19;
- c) O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do Emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por eles emitidos.

Financeira Alfa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos
Antonio José Ambrozano Neto
Diretor de Relações com Investidores
(original assinado)

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	01/01/2001
Descrição do serviço contratado	Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2015, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2015. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2016, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2016. Exame de auditoria das demonstrações financeiras estatutárias, elaboradas conforme determinação da Lei das S.A. para os semestres e exercícios financeiros encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017, e das Informações Trimestrais elaboradas em 31 de março e 30 de setembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Em 2017 foram pagos R\$ 249.050,00 a título de auditoria independente.
Justificativa da substituição	Não houve substituição do auditor no período mencionado.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição do auditor no período mencionado.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ZENKO NAKASSATO	01/01/2013	916.464.218-68	Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº. 33, Itaim, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04530-904, Telefone (011) 21833000, Fax (011) 21833001, e-mail: aspilborghs@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Não há informações complementares a serem fornecidas.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)
Patrimônio Líquido	851.004.000,00	804.759.000,00	781.749.000,00
Ativo Total	5.374.288.000,00	4.622.923.000,00	4.940.418.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	725.244.000,00	880.310.000,00	896.132.000,00
Resultado Bruto	364.686.000,00	344.972.000,00	325.809.000,00
Resultado Líquido	64.966.000,00	40.053.000,00	39.062.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	102.942.556	103.041.156	103.514.556
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	8,266787	7,810073	7,552068
Resultado Básico por Ação	0,630993	0,388477	0,375469
Resultado Diluído por Ação	0,63	0,39	0,37

3.2 - Medições não contábeis

As medições não contábeis não estão sendo divulgadas.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes que alteraram as últimas demonstrações financeiras.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2017	2016	2015
a. Regras sobre retenção de Lucros	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.	O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências, Reserva de Lucros a Realizar e Dividendos, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e o remanescente destinado para Reserva Especial para Dividendos. Não houve retenções de lucros com base em orçamento de capital.
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 46.814 mil	R\$ 24.364 mil	R\$ 23.709 mil
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.	O dividendo obrigatório é de 25%, conforme previsão estatutária, e é calculado sobre o lucro líquido após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e Reserva para Contingências.
c. Periodicidade da distribuição de dividendos	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.	O emissor distribui dividendos semestrais tendo por base o lucro líquido do 1º e 2º semestres de cada exercício, ajustado na forma acima descrita.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao Emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.	Não ocorreram quaisquer restrições quanto à distribuição de dividendos no exercício.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	O Emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015
Lucro líquido ajustado	61.717.716,00	38.050.610,77	37.109.331,35
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	29,412046	41,232273	41,372321
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	7,634042	4,977052	4,996802
Dividendo distribuído total	18.152.443,00	15.689.131,64	15.352.991,77
Lucro líquido retido	46.813.574,00	24.364.142,85	23.709.462,29
Data da aprovação da retenção	19/04/2018	19/04/2017	20/04/2016

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	0,00	06/10/2017	0,00	03/10/2016		
Ordinária	1.981.174,00	19/03/2018				
Preferencial	8.089.865,00	06/10/2017	7.843.749,16	03/10/2016	7.208.465,33	05/10/2015
Preferencial	8.081.404,00	19/03/2018				
Ordinária			0,00	13/03/2017		
Preferencial			7.845.382,48	13/03/2017		
Preferencial					8.144.526,44	14/03/2016

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos 3 últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) por conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2017	4.505.021.000,00	Índice de Endividamento	5,29377183	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		532.104.000,00	3.824.427.000,00	89.455.000,00	59.035.000,00	4.505.021.000,00
Total			532.104.000,00	3.824.427.000,00	89.455.000,00	59.035.000,00	4.505.021.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

Não existem informações relevantes além das anteriormente mencionadas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. ao emissor

O emissor está sujeito a riscos inerentes à sua atividade como instituição financeira e que podem impactar negativamente a sua rentabilidade ou até mesmo comprometer parte do seu patrimônio. Dentre os riscos a que a empresa está submetida podemos citar os riscos de mercado, de crédito, liquidez e o risco operacional, como os principais, e que explicitamos a seguir.

Risco de Mercado - Risco de Mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das oscilações nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado. A definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco de Crédito - Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações:

- A. Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sob posições de empréstimos, ativos financeiros e ou seus respectivos instrumentos derivativos.
- B. Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante.
- C. De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original.

Risco de Liquidez - Risco de Liquidez é a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Risco Operacional - Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou de eventos externos.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Dentre os controladores do emissor, as empresas holdings - Consórcio Alfa, Alfa Holdings e Corumbal Participações detêm, em conjunto, 87,71% das ações ordinárias. Na qualidade de controladoras, estas possuem o direito a eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. A este Conselho cabe a responsabilidade pela eleição da diretoria, a definição dos princípios gerais da política de gestão de risco da organização, e o acompanhamento da sua implantação. Equívocos na definição, ou deficiências na implantação da Política de Gestão de Riscos poderiam trazer como consequência a piora das condições financeiras da empresa, ou até mesmo impactar na sua solvência.

c. a seus acionistas

Devido ao baixo nível de liquidez das ações da companhia, movimentos relevantes de compra ou venda feitos por um número pequeno de acionistas poderão causar grandes volatilidades, distorcendo os preços destes papéis no mercado. Além disso, em momentos de piora das condições de mercado os acionistas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

poderão enfrentar adversidades por conta da redução da liquidez dificultando a negociação das ações da instituição.

d. a suas controladas e coligadas

O emissor não detém participação em outras empresas.

e. a seus fornecedores

Nossos sistemas de informação são em sua maioria fornecidos por terceiros, desta forma, estamos sujeitos a condições adversas oriundas da deterioração da situação financeira ou técnica de fornecedores e que podem impactar no de prazos de implantação de novos desenvolvimentos ou na piora da performance dos sistemas existentes.

f. a seus clientes

O emprego de critérios equivocados de avaliação de crédito poderá superestimar a capacidade de pagamento de certos clientes que, no futuro poderão apresentar dificuldades em honrar suas obrigações com o emissor. Esta possibilidade impactaria adversamente o resultado financeiro e o fluxo de caixa da instituição

Da mesma forma, o estabelecimento ineficaz de procedimentos e critérios para prevenir a lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores na instituição poderia impactar negativamente a sua reputação e seus resultados.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Mudança nas condições da economia mundial ou do nosso país, problemas estruturais ou piora nas condições de competitividade podem afetar negativamente determinados setores econômicos específicos. A eventual concentração da exposição de crédito a empresas destes setores poderia ocasionar um aumento nas perdas de crédito e comprometer os resultados financeiros do emissor.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A atuação do emissor é submetida à regulação principalmente do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliário. Eventuais alterações na regulamentação dos mercados ou produtos onde atuamos poderia reduzir nossas margens, restringir a atuação ou mesmo impedir nossa operação nesses mercados, afetando assim negativamente os resultados futuros da companhia.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Por atuarmos somente no mercado brasileiro não estamos expostos a este tipo de risco.

j. a questões socioambientais

Nas nossas avaliações para a concessão de crédito, buscamos trabalhar com clientes que se comprometam com os princípios de nossa Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) e que permaneçam aderentes às mesmas até a liquidação de suas operações. Entretanto, a ocorrência de eventos de caráter

4.1 - Descrição dos fatores de risco

socioambiental relacionados aos devedores durante o curso de suas operações, poderão trazer prejuízos financeiros à instituição, sejam decorrentes de perdas com as operações de crédito ou da possibilidade de corresponsabilidade nesses eventos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O emissor, dada a características da exposição de suas captações e aplicações, poderá estar sujeito ao risco de variação nas taxas de juros prefixadas, as quais podem influenciar seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Com base em 31/12/2017, o quadro abaixo mostra o montante das exposições mencionadas acima e o respectivo teste de estresse aplicado pela instituição.

Em 31 de dezembro de 2017 - R\$

Fatores de riscos	Definição	Exposição	Cenário Estresse
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	1.214.867.077	(15.298.178)

As demais exposições a outros fatores de riscos são desprezíveis nesta data.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**Natureza: Cível**

Não há processos cíveis individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Trabalhista

Não há processos trabalhistas individualmente relevantes para o Emissor de forma que a sua divulgação possa influenciar a decisão de investimento.

Natureza: Tributária

Processo nº. 0009024-54.2004.8.26.0053	
a. Juízo	14ª Vara da Fazenda Pública
b. Instância	Justiça Estadual
c. Data de instauração	31/03/2014
d. Partes no processo	Emissor x Município de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.262 mil
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que visa afastar a cobrança de ISS sobre as receitas decorrentes da contratação de aval, fiança e congêneres. O Emissor obteve sentença que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, sob alegação de que o argumento de que para o deslinde da controvérsia faz-se necessária a ampla produção de provas, incompatível com o rito do Mandado de Segurança. O Emissor interpôs recurso de Apelação o qual foi julgado pelo Tribunal de Justiça, para o fim de dar provimento ao apelo, afastando a sentença, porém, no mérito, denegando a segurança. O Emissor interpôs Recursos Especiais (REsp) e Extraordinários (RExt), os quais não foram admitidos. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento (AI) do Despacho Denegatório dos Recursos. O Relator no Superior Tribunal de Justiça admitiu o AI e o converteu em julgamento do REsp, mas no mérito, não lhe deu provimento. Aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração e posteriormente julgamento do AI do Despacho Denegatório do RExt no Supremo Tribunal Federal.
g. Chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A eventual perda deste processo implicará no descaixe de R\$ 1.262 MM, sem afetar a posição financeira, patrimonial ou os negócios do Emissor, porém impactará negativamente o seu resultado, de forma que poderá refletir na cotação de suas ações.
i. Valor provisionado	R\$ 1.262 mil

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

O Emissor não possui processos nessas condições.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não existem processos sigilosos, relevantes ou não, em que o Emissor seja parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto**Natureza: Cível**

a. valores envolvidos: R\$ 400.522,28
b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que prevêm o pagamento de certas tarifas. Alguns financiados entendem que a cobrança de tarifas é abusiva e pedem a restituição dos valores cobrados.

a. valores envolvidos: R\$ 2.976.497,70
b. valor provisionado, se houver: Não há provisão
c. prática do emissor que causou tal contingência: trata-se de contratos de financiamento que prevêm o pagamento de juros. Alguns financiados entendem que a cobrança de juros é abusiva e pedem o recálculo dos valores cobrados.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não descritas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Os valores mobiliários do Emissor são negociados somente no Brasil.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- a. O Emissor possui políticas formalizadas para o gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. O emissor tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar:
- o risco de crédito;
 - o risco de mercado;
 - o risco operacional;
 - o risco de liquidez;
 - o risco socioambiental;
 - demais riscos inerentes aos objetivos estratégicos do emissor.

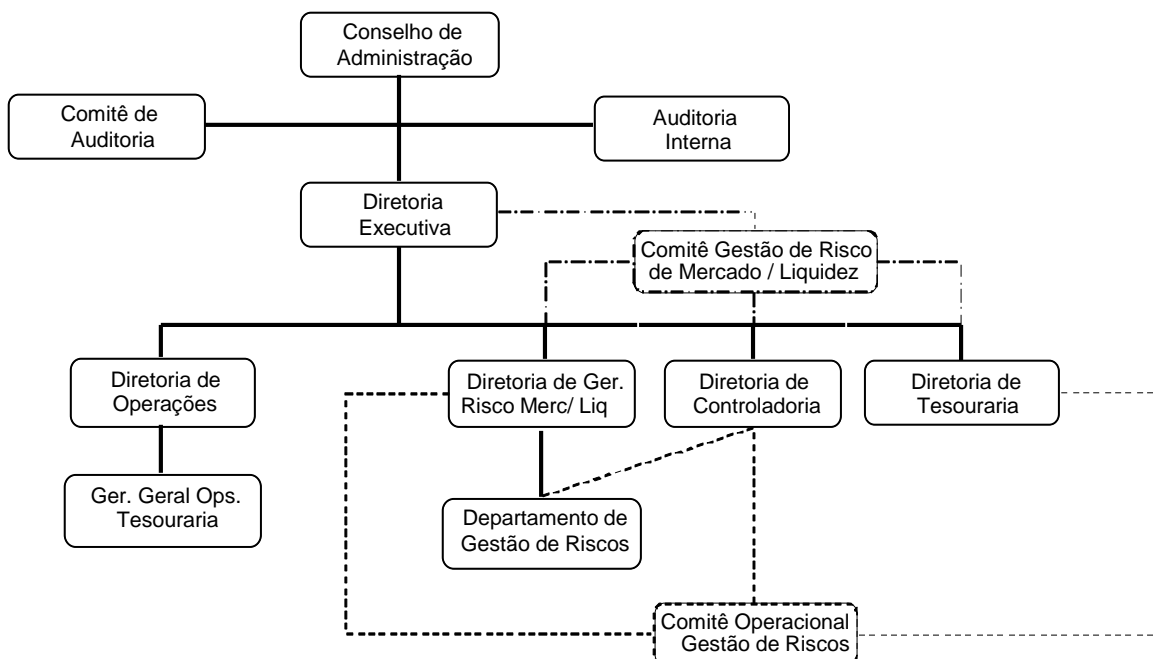
Para tanto o emissor possui políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos documentadas, com limites e procedimentos detalhados e destinados a manter sua exposição aos riscos mencionados em conformidade com seus respectivos apetites.

O gerenciamento de riscos vale-se de processos de monitoramento e tomadas de decisões tempestivas quanto à necessidade de medidas mitigatórias no gerenciamento dos riscos, ou retificadoras no caso de rompimento de limites estabelecidos.

Os limites são definidos por Comitês com o envolvimento da alta administração do emissor. Esses limites são monitorados através de sistemas, rotinas e procedimentos que permitem a identificação dos riscos decorrentes dos produtos e serviços oferecidos pela instituição ou de mudanças significativas nos processos operacionais.

Para cada natureza de risco o emissor possui uma estrutura organizacional definida conforme abaixo:

RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ:



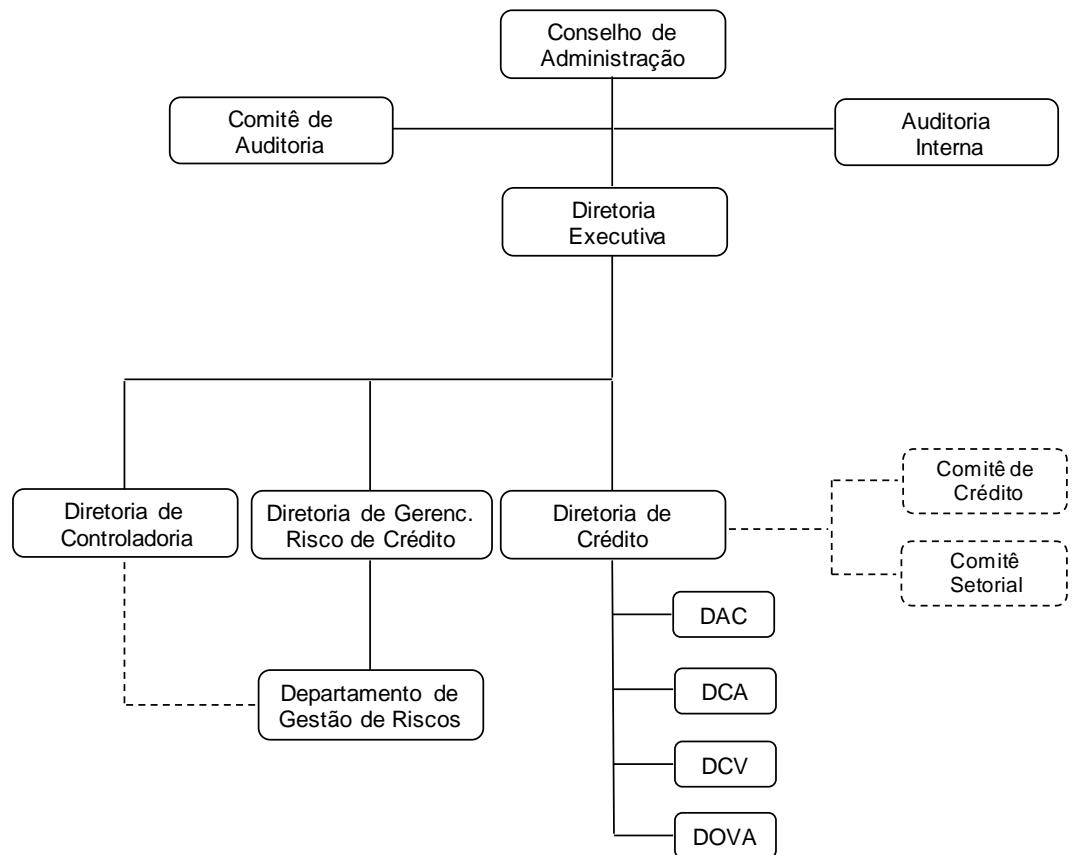
5.1 - Política de gerenciamento de riscos

1. **Conselho de Administração:** Revisar e aprovar, no mínimo anualmente, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e o Plano de Contingência de Liquidez, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção das deficiências, quando apontadas.
2. **Auditoria Interna:** Verificar o cumprimento e a documentação pertinente ao processo de gerenciamento do risco de liquidez.
3. **Diretoria Executiva:** Aprovar e tornar efetiva a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, revisando-a no mínimo anualmente, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências nos controles correlatos a esta atividade, presidindo, concomitantemente, o Comitê de Gestão de Risco de Mercado (CGRM).
4. **Comitês de Risco:**
 - **Comitê de Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez (CGRM)** – Estabelecer a política global de riscos, definindo limites, parâmetros e os níveis de Alerta de Liquidez e de Liquidez Mínima. É o responsável pela decisão do acionamento do Plano de Contingência de Liquidez quando notificado.
 - **Comitê Operacional de Gestão de Riscos (COGER)** – Avaliar as projeções de fluxos de caixa para os cenários de normalidade e estresse, o cumprimento do limite de nível mínimo de liquidez e o *back-testing* das projeções. Revisar e aprovar metodologia utilizada nos procedimentos adotados para o monitoramento do risco de liquidez.
5. **Diretoria de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Liquidez:** Acompanhar a execução da política de gerenciamento de risco de liquidez, revisar e aprovar a metodologia utilizada, propor revisões e estudos técnicos de forma a aprimorar o monitoramento do risco de liquidez.
6. **Diretoria de Tesouraria:** Administrar a liquidez do Conglomerado, definindo estratégias para gerir “descasamentos” de prazos e moedas, utilização de políticas e instrumentos para manutenção da liquidez acima dos níveis de Alerta de Liquidez e Liquidez Mínima definidos pelo CGRM, determinar o custo do *funding* das operações e acompanhar o monitoramento dos limites de exposições institucionais também estabelecidos pelo CGRM.
7. **Diretoria de Controladoria:** Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos. Acompanhar o monitoramento dos limites de exposições institucionais estabelecidos pelo CGRM.
8. **Gerência Geral Operacional de Tesouraria:** Elaborar os controles de fluxos de caixa intradiários para liquidações financeiras com clientes, instituições financeiras, clearings, bolsas, SELIC e CETIP. Elaborar os controles de lastros para cumprimentos de garantias diversas (clearings, operações compromissadas e depósitos judiciais). Processar as liquidações financeiras. Assessorar a Mesa de Operações com projeções do fechamento de caixa.
9. **Departamento de Gestão de Riscos:**
 - Elaborar as projeções de fluxos de caixa de acordo com a metodologia aprovada pelos Comitês de Risco;
 - Elaborar as análises de *back-testing* das projeções de fluxos de caixa;
 - Revisar procedimentos operacionais e respectivos manuais periodicamente;
 - Realizar testes de estresse periódicos de curto e longo prazo;
 - Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos e análise de sua adequação aos procedimentos e controles adotados;
 - Reportar extrapolações dos níveis de Alerta de Liquidez e de Liquidez Mínima às Diretorias de Tesouraria e ao Diretor de Riscos de Liquidez e ao CGRM para tomada de decisões e ações corretivas;
 - Propor revisões do nível de liquidez, objetivando a adequação ao escopo das operações do Conglomerado;

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes aos temas de riscos de mercado e de liquidez;
- Analisar quaisquer ocorrências não previstas nesta política e adotar as medidas necessárias.
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas utilizados para gestão de riscos.

RISCO DE CRÉDITO:



1. **Conselho de Administração:** Aprovar e revisar, no mínimo anualmente, a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, e com base nos relatórios de acompanhamento, manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para a correção das deficiências, quando apontadas.
2. **Auditoria Interna:** Verificar o cumprimento e a documentação pertinente ao processo de gerenciamento do risco de crédito.
3. **Diretoria Executiva:** Aprovar e tornar efetiva a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, revisá-la no mínimo anualmente, e acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências nos controles e gerenciamento do risco de crédito.
4. **Comitês de Crédito:**
 - **Comitê de Crédito:** Avaliar e decidir sobre limites e operações de crédito propostas pelas Diretorias Comerciais, e classificar o risco de crédito (*rating*). Revisar no mínimo semestralmente todos os créditos de um

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido ajustado, e anualmente todos os demais créditos e limites concedidos em sua alçada.

A presidência do Comitê de Crédito é ocupada pelo Diretor de Crédito. Em caso de sua ausência temporária, a presidência é assumida pelo Presidente do Banco Alfa de Investimento ou pelo Presidente da Financeira Alfa. As decisões do Comitê somente têm validade se ocorrerem com a unanimidade dos participantes (alçadas solidárias). Em caso de divergência de um ou mais participantes, a decisão é submetida à Diretoria Executiva do Conglomerado Alfa.

-Periodicidade: Diária.

-Participantes: No mínimo cinco, dentre: Diretor de Crédito, Diretores Comerciais, Chefe do Departamento de Repasses, Gerente Geral de Gestão de Riscos e Superintendentes Comerciais da Financeira Alfa.

-Relator: Representante do Departamento de Análise de Crédito, que não possui direito a voto.

- **Comitê Setorial:** Analisar os diversos setores da atividade econômica brasileira, de forma a se decidir a política de diversificação do risco de crédito na carteira geral do Conglomerado Alfa.

-Periodicidade: A cada 180 dias.

-Participantes: No mínimo cinco, dentre: Diretor de Crédito, Diretores Comerciais, Chefe do Departamento de Repasses e Superintendentes Comerciais da Financeira Alfa.

-Relator: Representante do Departamento de Análise de Crédito, que não possui direito a voto.

5. **Diretor de Gerenciamento do Risco de Crédito:** Diretor responsável pela aplicação da Política de Gerenciamento do Risco de Crédito.
6. **Diretoria de Crédito:** Estabelecer diretrizes para o desenvolvimento, implantação, manutenção e aplicação de modelos de aprovação de limite de crédito e de classificação do risco de crédito, bem como definir seus conceitos. É também atribuição da Diretoria estabelecer as alçadas para deferimento de crédito nas operações e limites de alçada inferior à do Comitê de Crédito e supervisionar as atividades do Departamento de Crédito, certificando que as prerrogativas descritas nas políticas de crédito sejam cumpridas na integridade.
7. **Diretoria de Controladoria:** Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos, e responder perante o Banco Central do Brasil sobre as informações prestadas àquela autarquia.
8. **Departamentos da Diretoria de Crédito:** Os Departamentos da Diretoria de Crédito devem atuar de forma diligente com o objetivo de garantir o correto cumprimento das políticas e processos de crédito definidos para a instituição, visando a garantir a qualidade da carteira e a minimização de perdas.

Abaixo relacionamos os Departamentos de Crédito e suas responsabilidades:

➤ Departamento de Análise de Crédito (DAC)

- Emitir parecer, através de análises técnicas, sobre a capacidade de endividamento dos clientes;
- Elaborar dossiê com histórico econômico-financeiro dos clientes e suas relações com o Conglomerado;
- Efetuar e manter atualizado “clipping” com informações relevantes do mercado financeiro;
- Opinar sobre a implantação de modelos de análise de crédito e seus parâmetros;
- Elaborar estudos sobre segmentos de mercado (prósperos e decadentes);
- Manter atualizadas as Políticas de Crédito e em conjunto com outras áreas envolvidas no processo, manter o relacionamento gerencial com a Serasa, de forma atualizada em relação aos aspectos de qualidade e quantidade de informações que são usadas no processo de análise e classificação de rating das operações de crédito do Conglomerado Alfa. Desde restritivos até o rating das empresas, que é a base para o processo de classificação de risco de crédito das operações do Conglomerado Alfa.

➤ Departamento de Cobrança de Operações Vencidas (DCV)

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

- Responder pelo desenvolvimento, implantação e alteração de metodologias para cobrança de operações vencidas;
- Acompanhar a performance de vencidos das Regionais;
- Supervisionar e contratar escritórios de advogados responsáveis pelo ajuizamento de ações de cobrança;
- Supervisionar a ação de cobrança das empresas de cobrança terceirizadas credenciadas, baseado nas instruções e procedimentos adotados pelo departamento;

➤ Departamento de Operações de Varejo Automáticas (DOVA)

- Responder pelo desenvolvimento e gerenciamento de produtos para análise e aprovação de crédito automático: Sistemas de *Credit Scoring/Behaviour Scoring*;
- Definição de parâmetros para aprovação de programas de crédito pré-aprovados (sujeito a aprovação da Diretoria de Crédito);
- Divulgação das políticas autorizadas pela Diretoria de Crédito para o segmento de varejo.

➤ Departamento de Controle de Aplicação (DCA)

- Cadastrar todos os limites de crédito aprovados nos níveis de alçada do Comitê de Crédito, de 1 (um) diretor e de 2(dois) diretores;
- Cancelar ou reduzir limites determinados pela Área de Crédito;
- Cadastrar e efetuar manutenção de todos os níveis de alçadas aprovados pela Área de Crédito;
- Cadastrar todos os funcionários designados pelas Superintendências Regionais autorizados no Sistema (CreditFlow);
- Conferir os cadastramentos e as alterações de limites de crédito;
- Elaborar e efetuar manutenção das listas impeditivas legais (BACEN) e internas (dirigentes e parentes);
- Efetuar manutenção das tabelas de alçadas, locais, produtos, garantias, níveis de alçadas, usuários, privilégios e grupos de usuários do Sistema CreditFlow.

9. **Departamento de Gestão de Riscos:** Criar procedimentos e rotinas para identificar, mensurar, controlar e propor medidas mitigadoras ao risco de crédito aos quais as empresas financeiras do Conglomerado estão sujeitas, através de métricas e metodologias consistentes.

As principais responsabilidades do Departamento são:

- Acompanhar a implantação da política de gerenciamento do risco de crédito e revisá-la sistematicamente, registrando as alterações em atas específicas com a aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos de crédito do Conglomerado Alfa e de cada empresa financeira individualmente;
- Monitorar e avaliar através de testes de impacto a exigibilidade do capital regulatório referente à parcela de crédito (Pepr), bem como a sua adequação ao Patrimônio de Referência (PR) conforme determinações do BACEN;
- Implementar e acompanhar a matriz de migração dos *ratings* de crédito;
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas utilizados para gerenciamento do risco de crédito;
- Realizar Back Testing e Testes de Estresse para as carteiras de crédito do Conglomerado Financeiro conforme regulamentação vigente;
- Comunicar ao Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento do risco de crédito sobre o não cumprimento das disposições desta política, bem como de quaisquer outras disposições legais sobre o assunto;
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema de risco de crédito.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

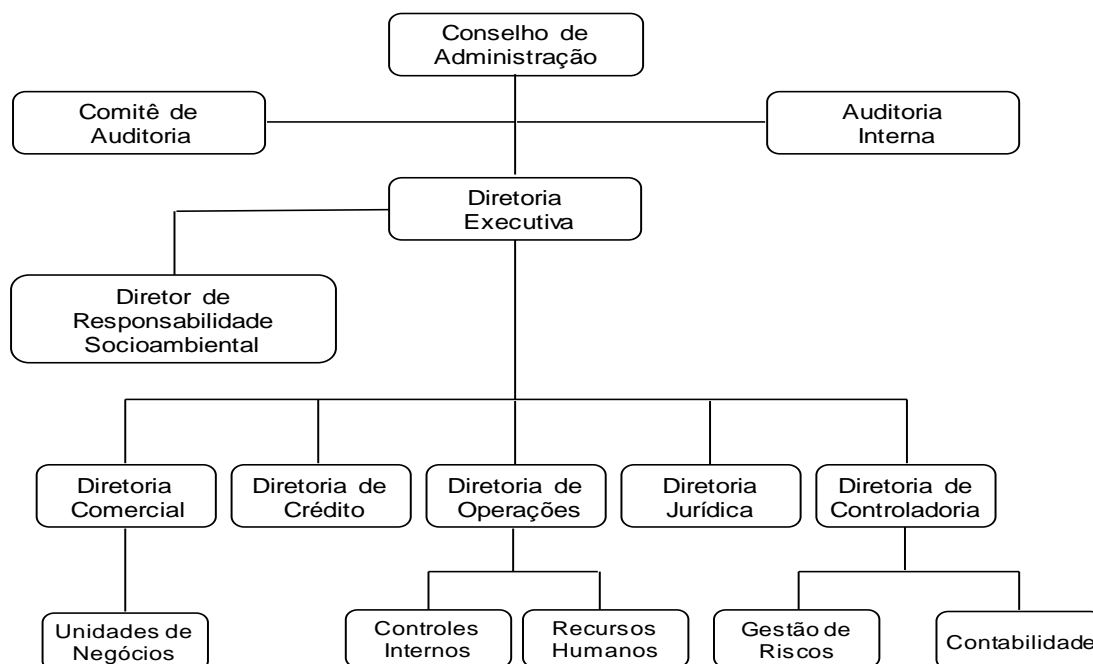
6. Diretoria de Controladoria:

- Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos e elaborar, difundir e atualizar sistematicamente os conceitos de risco operacional no Conglomerado através de comunicação no portal de divulgação, assim como revisar as premissas dispostas na política de gerenciamento do risco operacional;
- Reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, através de relatórios com periodicidade anual, a identificação e ações para correção das deficiências de controles e gerenciamento do risco operacional.

7. Departamento de Gestão de Riscos:

- Propor a Política de Gerenciamento do Risco Operacional e revisar sistematicamente, registrar as alterações em atas específicas com a aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- Avaliar os riscos do Conglomerado de forma agregada e por unidade de negócios;
- Pesquisar, desenvolver, testar e implementar metodologias, sistemas e modelos de gerenciamento do risco operacional;
- Avaliar o impacto do risco operacional para a alocação de capital regulatório;
- Propor indicadores chave de risco e limites de risco operacional adequados ao escopo das operações do Conglomerado;
- No caso de extrapolações dos limites pré-estabelecidos, levar ao conhecimento do Comitê de Risco Operacional para que este defina qual a ação a ser tomada;
- Produzir relatórios de acompanhamento do risco operacional;
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema de risco operacional;
- Analisar quaisquer ocorrências não previstas nesta política e adotar as medidas necessárias.

RISCO SOCIOAMBIENTAL:



5.1 - Política de gerenciamento de riscos

1. Conselho de Administração

Aprovar e revisar, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, esta Política, manifestando-se expressamente, quando necessário, acerca das ações a serem implementadas para a correção de eventuais deficiências constatadas.

2. Auditoria Interna

Verificar o cumprimento e a documentação pertinente à implantação e observância rigorosa desta Política de Responsabilidade Socioambiental.

3. Diretoria Executiva

Aprovar e tornar efetiva esta Política, revisando-a no mínimo a cada 5 (cinco) anos, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências apontadas nos controles correlatos a esta atividade.

4. Diretor de Responsabilidade Socioambiental

Diretor responsável pela aplicação desta Política.

5. Unidades de Negócios

Respeitar os princípios e dispositivos desta Política em suas atividades, desenvolvendo procedimentos específicos para a aplicação destas regras, considerando as particularidades de seus clientes e produtos negociados.

Apoiar internamente ações de desenvolvimento sustentável, promovendo treinamento aos profissionais das áreas comerciais e de crédito do Alfa e alertando seus clientes quanto à necessidade do cumprimento das cláusulas contratuais relacionadas à responsabilidade socioambiental para o desembolso das operações de crédito e o transcurso normal destas operações.

6. Controles Internos e Gestão de Riscos

Monitorar o cumprimento dos dispositivos desta Política, avaliando a aderência das práticas aos princípios e regras definidos, respeitando o cronograma de implantação estabelecido.

Auxiliar na elaboração de planos de ação para a total implantação da Política e o cumprimento de suas diretrizes.

Controlar, documentar e armazenar os dados das perdas oriundas de questões socioambientais, contabilizando-as em uma conta específica, podendo esta ser incorporada ao plano de contas de risco operacional. Os dados deverão ser armazenados por um período de 5 (cinco) anos.

7. Recursos Humanos

Implantar, conscientizar e disseminar internamente os preceitos desta Política como importante instrumento de sustentabilidade de negócios.

Promover, juntamente com as Unidades de Negócios, treinamentos sobre o tema para todos os colaboradores do Alfa.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Coletar, documentar e armazenar informações de cunho socioambiental que reflitam a ação consciente da utilização de recursos naturais, energia, cumprimento das práticas trabalhistas e treinamento de seus colaboradores.

8. Jurídico

Elaborar e atualizar, de tempos em tempos, as cláusulas socioambientais dos contratos firmados com clientes, investidores, fornecedores e prestadores de serviços.

Analisar e apontar eventuais riscos legais a que o Alfa possa estar exposto ao receber um bem imóvel em garantia.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- a. O Emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de risco de mercado aprovada pelo Conselho de Administração.
- b. A gestão de risco de mercado objetiva a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado aos quais o Emissor está sujeito, decorrente da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos contido em sua carteira. Essa prática possibilita a adoção de medidas preventivas que minimizem possíveis perdas decorrentes desse risco, proporcionando um grau tolerância controlado para o apetite ao risco nos mercados que o Emissor deseja atuar.

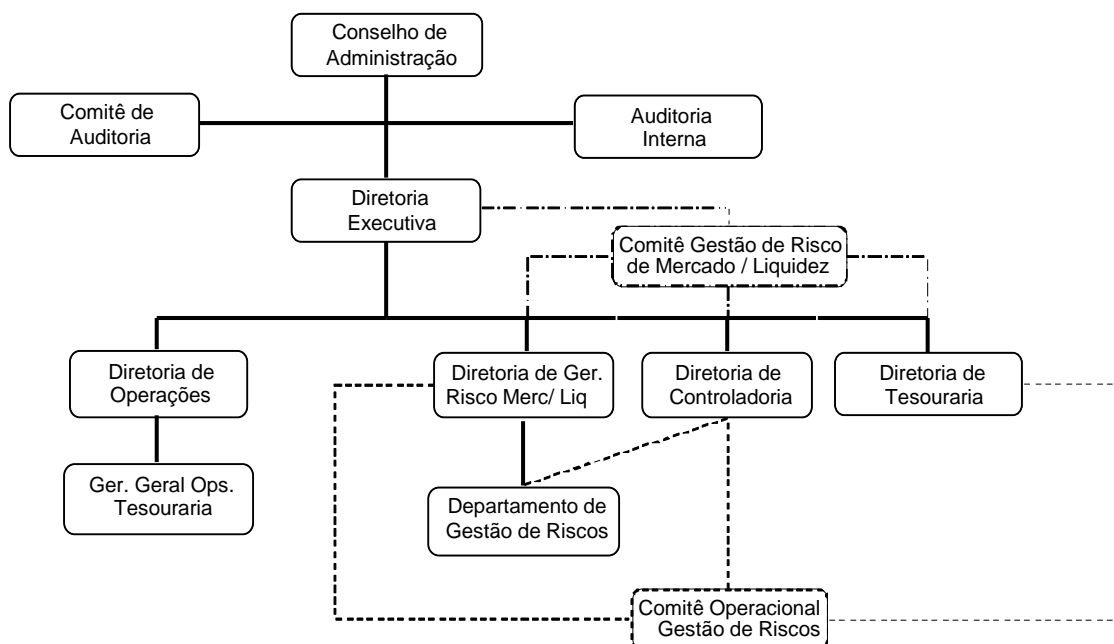
O gerenciamento desse risco compreende o emprego de métricas de ampla utilização no mercado: VaR Paramétrico com 99% de nível de confiança para o horizonte de 1 dia; aplicação do pior cenário de estresse divulgado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; limites de exposição e *duration*. São adotados limites no âmbito global do Emissor quanto para os fatores de risco individualmente (Prefixado, Cupom de Moedas, Cupom de Índices de Preços, Renda Variável e Câmbio à Vista), bem como para o stop-loss de suas posições de negociação (*Trading*).

O Emissor possui limites conservadores para suas exposições ao risco de mercado, aprovados pelo Comitê de Gerenciamento de Risco de Mercado e de Liquidez (CGRM).

O Emissor poderá realizar hedge se identificar oportunidades de travar ganhos nas carteiras existentes, ou quando o cenário se mostrar desfavorável com possibilidade de perdas financeiras, valendo-se dos instrumentos financeiros disponíveis no mercado para sua operacionalização. Para determinar estes momentos, são utilizadas as projeções econômicas produzidas pela instituição e por entidades externas de consultoria.

A efetividade do “hedge” é monitorada desde a concepção e no decorrer da operação, através de relatórios tempestivos que detalham as variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do instrumento de “hedge” vis-à-vis às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa do item objeto de “hedge” num intervalo de 80% (oitenta por cento) a 125% (cento e vinte e cinco por cento), conforme definido no inciso II do art. 5º da Circular 3.082/02.

A estrutura de gestão de risco de mercado está assim constituída:



5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Atribuições de cada órgão

Conselho de Administração: Revisar e aprovar, no mínimo anualmente, a Política de Gestão de Risco de Mercado e com base nos relatórios de controle, manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para a correção das deficiências apontadas.

Auditoria Interna: Verificar o cumprimento e a documentação pertinente ao processo de gerenciamento de risco de mercado.

Diretoria Executiva: Aprovar e tornar efetiva a Política de Gestão de Risco de mercado, revisando-a, no mínimo anualmente, além de acompanhar as ações a serem implementadas para a correção tempestiva das deficiências de controles e de gerenciamento dos riscos de mercado recomendadas pelo Comitê de Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez.

a. Comitês de Risco de Mercado:

- a) **CGRM – Comitê de Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez:** Estabelecer a política global de riscos, definindo os limites institucionais de exposição máxima aos riscos de mercado e o nível mínimo de liquidez.

- *Periodicidade:* Por convocação.

- *Participantes:*

- a. Presidência;
- b. Diretoria de Crédito;
- c. Diretoria de Tesouraria;
- d. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado e de Liquidez;
- e. Diretor de Controladoria; e
- f. Departamento de Gestão de Riscos.

- **COGER – Comitê Operacional de Gestão de Riscos:** Supervisionar os processos operacionais de riscos, avaliando as posições consolidadas, o cumprimento dos limites de exposição, risco e estresse monitorados pelo Departamento de Gestão de Riscos. Revisar os parâmetros adotados para cenário de normalidade e stress para a gestão dos Riscos de Liquidez.

- *Periodicidade:* Bimestral.

- *Participantes:*

- a. Diretoria de Tesouraria;
- b. Gerentes das Mesas de Tesouraria e de Câmbio;
- c. Diretor de Gerenciamento de Risco de Mercado;
- d. Diretor de Controladoria; e
- e. Departamento de Gestão de Riscos.

- b. **Diretor de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez:** Diretor responsável pela aplicação da Política de Gestão de Riscos de Mercado.

c. Diretoria de Controladoria:

- Supervisionar as atividades do Departamento de Gestão de Riscos. Elaborar e difundir sistematicamente os conceitos de risco de mercado no Conglomerado através de comunicação no portal de divulgação, assim como revisar as premissas dispostas na política de gestão de risco de mercado;
- Reportar à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, a identificação e ações para correção das deficiências de controles e gerenciamento de riscos de mercado.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

d. Departamento de Gestão de Riscos:

- Propor a política institucional de gerenciamento de risco de mercado revisando-a sistematicamente;
- Identificar, avaliar e monitorar os riscos de mercado do Conglomerado e de cada instituição individualmente;
- Monitorar a observância da política de classificação de operações na carteira de negociação;
- Promover pesquisas, desenvolvimentos e implementação de metodologias, sistemas e modelos de gestão de riscos de mercado;
- Realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas utilizados para gestão de riscos;
- Identificar previamente os riscos inerentes às novas atividades e produtos e análise de sua adequação aos procedimentos e controles adotados;
- Avaliar o impacto do risco de mercado para a alocação de capital regulatório;
- Propor revisões dos limites de riscos de mercado, objetivando a adequação ao escopo das operações do Conglomerado;
- No caso de extrapolações dos limites pré-estabelecidos, comunicar o Comitê de Gestão de Risco de Mercado e de Liquidez (CGRM) para que este defina qual a ação a ser tomada;
- Produzir relatórios tempestivos de acompanhamento de riscos de mercado e liquidez;
- Acompanhar os estudos técnicos junto às instituições reguladoras, órgãos de classe, associações e quaisquer outros relevantes ao tema de risco de mercado;
- Analisar quaisquer ocorrências não previstas nesta política e adotar as medidas necessárias.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar e controlar a exposição de riscos de mercado e a observância dos limites operacionais de posições incluídas ou não na carteira de negociação, gerando relatórios tempestivos para documentação do processo. Para tanto o Departamento deve:

- Obter as curvas de mercado e cotações para marcação a mercado das carteiras de operações;
- Obter as carteiras de operações de Renda Fixa, Crédito (Atacado e Varejo), e Derivativos;
- Analisar as medidas de riscos: Exposição, VaR (Valor em Risco), Duration e Stress para monitoramento de limites;
- Gerar informações para áreas Internas e Externas; Externas – BACEN, Agências de Rating, Internas –Controladoria (DICON), Retaguarda (Back-Office) e Auditoria;
- Monitorar a classificação de ativos;
- Apurar o resultado contábil da carteira de Hedge da Financeira Alfa em conjunto com a Controladoria.

O Departamento de Gestão de Riscos deve monitorar a observância da política de classificação através da geração de relatórios tempestivos que possam fornecer os principais dados:

- Resumo dos instrumentos financeiros agrupados por classificação (sumarizado por categoria e volume);
- Principais dados dos instrumentos financeiros (tipo de papel, data de emissão, data de vencimento, número de registro no sistema, quantidade e volume);
- Data da classificação e período de permanência na categoria;
- Transferências ocorridas por período de consulta (data de entrada/saída e dados da operação).

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- c. O Emissor possui estrutura operacional de monitoramento constante de riscos e de controles internos a fim de verificar a efetividade das políticas aprovadas. O Emissor considera essas estruturas adequadas para o seu porte e operações.

5.3 - Descrição dos controles internos

- a. principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

O Emissor faz parte do Conglomerado Financeiro Alfa. O Conglomerado dispõe de normas escritas sobre práticas relativas a Controles Internos. Essas normas descrevem pormenorizadamente sobre (a) a estruturação de controles internos, segregada em função de controles internos, estrutura organizacional, Comitê Diretivo e representantes setoriais de controles internos bem como sobre (b) as normas de monitoramento, segregadas em conceitos, premissas e pontos de monitoramento.

O Conglomerado dispõe de sistema de monitoramento eletrônico de controles internos, de forma a que o responsável pelo ponto monitorado responde periodicamente sobre a adoção e manutenção do controle interno a ele aplicável. Aliado a isso, as Auditorias Interna e Externa também verificam o cumprimento dos controles internos do Conglomerado.

Na visão do Emissor, o grau de eficiência dos atuais sistemas de controles internos é plenamente satisfatório. Tal opinião é referendada no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa. Nesse relatório, o Auditor conclui o seguinte: *“Como resultado dos nossos procedimentos não identificamos deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares a serem reportados”*.

Entretanto, existem ações em andamento que sempre visam a aperfeiçoar e ampliar os atuais níveis de controles internos, de forma a assegurar que as informações constantes nas demonstrações financeiras do Conglomerado sejam totalmente confiáveis.

- b. estruturas organizacionais envolvidas.

A Gerência de Controles Internos é a área responsável pela avaliação, implantação e monitoramento dos pontos de controles internos. Essa Gerência está subordinada à Gerência Geral de *Compliance* e esta à Diretoria de Operações, cujas responsabilidades estão relacionadas a todas as atividades inerentes aos processos administrativos do Conglomerado. A Diretoria de Operações subordina-se diretamente à Diretoria Executiva, e esta ao Conselho de Administração.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

5.3 - Descrição dos controles internos

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela Diretoria de Operações do Emissor. O Gerente Geral da Gerência de Controles Internos é o responsável por apurar e reportar ao Diretor de Operações a ocorrência de eventuais descumprimentos dos controles internos.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

Conforme acima mencionado, não há no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa qualquer menção quanto à deficiência significativa ou recomendação relativa a controles internos.

- e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

Considerando não terem sido apontadas deficiências no Relatório sobre Sistema de Controles Internos e Descumprimento de Dispositivos Legais e Regulamentares de 2017 do Auditor Externo do Conglomerado Financeiro Alfa os diretores concordaram com as conclusões do relatório.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

O Conglomerado Alfa possui as políticas relacionadas abaixo, com o objetivo, dentre outros, de definir as regras, políticas e procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública:

- ✓ Conceitos básicos e linha de atuação;
- ✓ Código de Ética e Conduta;
- ✓ Política de *Compliance*;
- ✓ Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT);
- ✓ Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta; e
- ✓ Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

O Manual de Instruções é atualizado a cada 6 meses. Os riscos e as políticas são reavaliados anualmente ou sempre que necessário.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os monitoramentos são realizados pela Gerência Geral de Compliance, subordinada à Diretoria de Operações, e auditados pela Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração.

Os procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições e responsabilidades, estão descritos nas políticas relacionadas no item anterior (i).

As políticas “Conceito Básico e Linha de Atuação” e o “Código de Ética e Conduta”, que integram o “Livro Azul”, distribuído aos funcionários e colaboradores sob protocolo, bem como divulgados na intranet no endereço eletrônico <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=KLKCNMQO&menuid=1436>, tiveram a criação, bem como a atualização em maio/2017, aprovadas pela Presidência.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta, aprovado formalmente pela presidência, abrange os administradores, funcionários, prepostos, procuradores, acionistas, fornecedores, prestadores de serviço e colaboradores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Foi aplicado aos funcionários e colaboradores os seguintes treinamentos na modalidade online:

- ✓ Anticorrupção;
- ✓ Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT); e
- ✓ Controles Internos.

Adicionalmente são aplicados cursos de reciclagem em (PLD/CFT) aos funcionários e colaboradores, na modalidade online, a cada 3 anos, bem como são realizados treinamentos presenciais sobre PLD/CFT aos Superintendentes, Gerentes Gerais, Comerciais e Operacionais das Diretorias Corporate, Private, Financeira e Leasing, e das áreas de câmbio e cadastro, com periodicidade anual.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código estão previstas no próprio Código de Ética e Conduta, no Comitê Institucional – Comitê de Análise de Conduta e no Manual de Instruções – MI/05/008 – PLD/CFT.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta, cuja criação, bem como a atualização em maio/2017, foram aprovadas pela Presidência, está divulgado na intranet, no endereço eletrônico: <http://portalalfa.alfa.corp/arquivos/Geral/Conglomerado/Cod de Etica e Cond/18052017.pdf>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O canal de denúncias é interno.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de funcionários e de terceiros.

O canal de denúncias está divulgado na intranet para os funcionários e colaboradores, no endereço: <http://portalalfa.alfa.corp/default.aspx?pagid=FRKCNMQN&menuid=1187>, e para o público em geral, na rede mundial de computadores, no endereço: <https://bancoalfa.com.br>.

5.4 - Programa de Integridade

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Sim. Juntamente com o canal de denúncia é divulgado o regulamento, que contém os seguintes dizeres: Este canal destina-se à comunicação de indícios de ilicitude relacionados às atividades do Conglomerado Financeiro Alfa. Não é necessária a identificação do interlocutor, relator do indício de ilicitude. É importante que o relato contenha riqueza de detalhes e maior quantidade de informações possíveis, para a apuração dos fatos e eventual responsabilização dos envolvidos. É assegurada a confidencialidade, a independência, a imparcialidade e a isenção no tratamento do reporte.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Ouvidoria e Auditoria Interna.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Os procedimentos adotados são os constantes nas políticas mencionadas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável (O Alfa possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública).

5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos a que o Emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, em relação ao exercício anterior.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há informações adicionais relevantes a serem prestadas pelo Emissor.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	11/02/1954
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade de investimentos e financiamentos
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

A Transamérica Sociedade Anônima – Investimentos e Financiamentos, foi fundada em 1954 em Belo Horizonte – MG. Em março de 1963 passou a denominar-se Transamérica S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos. Em agosto de 1968 mudou sua sede social para São Paulo - SP. Em março de 1969 passou a denominar-se Companhia Real de Investimento S.A. – CFI.

Em novembro de 1998, com a venda do Banco Real S.A., deixou de fazer parte do Conglomerado Financeiro Real. Em março de 1999, passou a denominar-se Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo uma das empresas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Alfa.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Não houve pedido de falência do Emissor ou de recuperação judicial ou extrajudicial do Emissor.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes além das fornecidas anteriormente.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

O Emissor tem por objeto a prática de todas as operações de crédito, financiamento e investimentos permitidas pelas leis e regulamentos aplicáveis à espécie.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

O Emissor não é Sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Nos anos 2015, 2016 e 2017 as atividades do Emissor foram direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os produtos e serviços do Emissor encontram-se direcionadas substancialmente para o segmento de crédito de varejo. Os produtos e serviços são distribuídos através das suas mesas de operações, pontos de venda e filiais instalados nos maiores centros urbanos do país.

Não há sazonalidades nos produtos e serviços oferecidos pelo Emissor. Entretanto, por tratar-se de atividade regulamentada pelo Banco Central do Brasil, os produtos e serviços oferecidos podem sofrer os efeitos das normas editadas por aquela autoridade monetária.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Nos anos 2015, 2016 e 2017 não existiam clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida do Emissor.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Autorização para funcionamento

O Emissor possui autorização do Banco Central do Brasil – BACEN para o exercício de suas atividades. Referida autorização foi concedida ao Emissor, por meio da Carta de Autorização nº. 40, expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito, atualmente Banco Central do Brasil, em 4 de março de 1955, quando ainda era denominada Transamérica Sociedade Anônima – Investimento e Financiamentos. O Emissor, cumprindo as regras do BACEN, anualmente, encaminha a este órgão informações acerca de suas atividades.

Ademais, o Emissor é registrado nesta Comissão de Valores Mobiliários - CVM, desde 20/07/1977 (código CVM nº. 3891), como companhia aberta. Em nome do Emissor também consta na CVM o cadastro como instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN.

Legislação ambiental

O Emissor tem conhecimento da legislação ambiental vigente, em especial, o disposto no art. 225 da Constituição Federal que classifica o meio ambiente como bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O Emissor está ciente de que a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) cível; (ii) administrativa; e (iii) criminal; sendo certo que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes”, com aplicação de três tipos diversos de sanções. Vale ressaltar que a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Portanto, o Emissor preocupa-se em desenvolver sua atividade respeitando as regras ambientais vigentes, uma vez que o seu descumprimento pode acarretar, inclusive, a responsabilidade penal dos seus diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários, se estes vierem a concorrer para a prática de crimes ambientais atribuídos ao Emissor. Ademais, a legislação ambiental prevê, ainda, a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da empresa, ou seja, atingir bens dos sócios e administradores quando se verificar a existência de infração ao estatuto social ou fraude na administração da empresa com o objetivo de impor obstáculos ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Não obstante a preocupação do Emissor em cumprir rigorosamente as regras referentes à legislação ambiental vigente, não há uma política ambiental específica, tendo em vista que a atividade por ela exercida é administrativa, desenvolvida em escritórios, o que não gera impactos negativos ao meio ambiente. Assim, não há impacto direto relevante no meio-ambiente resultado da atividade exercida pelo Emissor. Por outro lado, na qualidade de instituição financeira, o Emissor procura certificar-se de que seus clientes tomadores de recursos tenham obtido as necessárias licenças ambientais para o exercício de suas atividades financiadas. Não há meios de se mensurar com precisão os custos para o cumprimento específico da regulação ambiental.

Patentes

Não há efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do Emissor no que concerne à dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties, tendo em vista seu objeto social.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

Todas as receitas relevantes obtidas pelo Emissor nos anos 2015, 2016 e 2017 são originárias do Brasil.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

O Emissor não está sujeito à regulação de outros países.

7.8 - Políticas socioambientais

- a. O Emissor integra o Conglomerado Alfa. O Conglomerado Alfa não divulga informações sociais e ambientais, no entanto desenvolve e incentiva práticas socioambientais.

Na área cultural, o Conglomerado apoia e incentiva projetos voltados à dança, música e teatro infantil através do direcionamento de recursos da Lei Rouanet. O Conglomerado também apoia projetos sociais amparados no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei do Idoso, no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e no Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). O Conglomerado também apoia atividades esportivas através da Lei de Incentivo ao Esporte.

Na área educacional, o Conglomerado também investe continuamente na capacitação e no treinamento de seus colaboradores através de subsídio de bolsas de estudo para programas de pós-graduação, MBA e outros cursos de curta duração. O Conglomerado também participa do Programa Jovem Aprendiz e de programas de inserção social mediante a contratação de pessoas com necessidades especiais.

Com relação ao impacto de suas próprias atividades, o Conglomerado readequou o seu consumo de água, mediante a colocação de dispositivos de parada automática de vazão nas torneiras, e de energia elétrica, com sensores de presença em ambientes cuja demanda por iluminação não é necessariamente constante.

O Conglomerado incentiva ainda o seu quadro de colaboradores a reutilizar os papéis de impressão antes do descarte e contrata empresa certificada para a retirada de papel descartado, para fins de reciclagem.

Na área da saúde, o Conglomerado estimula seus colaboradores a participarem de ginástica laboral, promove campanhas de vacinação e realiza palestras e cursos que envolvem ações de saúde e vida social. Também presta assistência a colaboradores mais necessitados e a seus familiares, por meio de doações e auxílio fornecidos pela Fundação Clemente Faria.

- b. O Conglomerado Alfa adota metodologia própria na elaboração dessas informações.
- c. Não há revisão ou auditoria por entidade independente em relação a essas informações.
- d. Quando da avaliação das linhas de crédito ou contratação de fornecedores, o Conglomerado Alfa considera a conformidade da atuação desses clientes e fornecedores em relação às práticas socioambientais. A descrição dessas diretrizes está disponível no seguinte endereço:
<https://bancoalfa.com.br/sobrealfa/home/politicasinstitucionais.ashx>

7.9 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que o Emissor julgue relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

Nos anos 2015, 2016 e 2017, não ocorreram aquisições ou alienações de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do Emissor.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios do Emissor nos anos 2015, 2016 e 2017.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

O Emissor não possui contratos relevantes celebrados nos anos 2015, 2016 e 2017, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não existem outras informações relevantes do Emissor.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

O emissor não possui outros bens relevantes registrados no ativo não circulante além daqueles mencionados no item 9.1.b.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	FINANCEIRA ALFA - Proc. 831295058 - Análise financeira, consultoria financeira, desconto de títulos,	27/01/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 831295031 - Análise financeira, consultoria financeira, desconto de títulos,	27/01/2025	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA CDC - Proc. 821580515 - Serviços financeiros em geral	17/08/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA EXPRESS - Proc. 821580523 - Serviços financeiros em geral	05/10/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA FINANCEIRA - Proc. 821802275 - Serviços financeiros em geral	02/05/2026	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	FINALFA - Proc. 821580507 - Serviços financeiros em geral	10/12/2022	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente
Marcas	ALFA CASH - Proc. 821728920 - Serviços fiduciários; serv. de financiamento	15/06/2024	Não renovação	Registro da marca por outro concorrente

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui investimentos em sociedades controladas ou coligadas.

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiro-patrimoniais

2017

O ano de 2017, embora ainda marcado por incertezas políticas, foi um ano de retomada de atividade econômica e queda da inflação, em meio ao quadro de esforço do governo para seguir com o ajuste fiscal e avançar na sua agenda de reformas, o que permitiu ao Banco Central conduzir com sucesso um ciclo de afrouxamento da política monetária, que trouxe a taxa de juros básica para seu menor valor histórico.

No Brasil, tendo como pano de fundo a soma das incertezas iniciais relativas ao cenário internacional e as incertezas do cenário político local herdadas de 2016, 2017 começou com expectativa de crescimento baixo, inflação esperada ainda acima da meta, embora declinante, e a perspectiva de que o ciclo de afrouxamento monetário iniciado no quarto trimestre de 2016 pudesse se estender por mais alguns meses, com uma média de projeções pelos agentes de mercado para a redução adicional da taxa básica de juros em 3,5%.

Em meio aos esforços para reforçar as condições de crescimento, a retomada da confiança e equacionar as contas fiscais, o governo buscou no decorrer do ano avançar em uma agenda de medidas e ajustes econômicos de longo prazo, na qual se destacou o esforço para a aprovação de uma reforma previdenciária.

O ano se encerrou com avanços nessa agenda referentes à aprovação da Reforma Trabalhista, na alteração no cálculo da taxa de juros de longo prazo (com a alteração da TJLP para TLP), com avanços nos programas de concessões e privatizações e nas renegociações de dívidas com os estados. A pauta da Reforma da Previdência, chave para o equilíbrio fiscal das contas públicas no médio e longo prazo, entretanto, não conseguiu avançar, comprometida pela volatilidade do quadro político.

Do ponto de vista econômico, entretanto, apesar da instabilidade política e da volatilidade dos mercados, 2017 acabou apresentando desempenho significativamente mais positivo do que inicialmente esperado. O consenso das estimativas do mercado indica um crescimento próximo a 1% no PIB de 2017. A recuperação da atividade econômica, que se iniciou tímida, favorecida pela excepcional safra agrícola, ganhou tração ao longo do ano, com impulso adicional ao consumo vindo da liberação de recursos inativos do FTGS da ordem de R\$ 40 bilhões e da desaceleração significativa da inflação, que também permitiu ao Banco Central avançar mais do que o previsto no corte de juros. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou 2017 em 2,95%, abaixo do piso da meta estabelecida pela autoridade monetária, beneficiada pela queda nos preços de alimentos, mas também pela desaceleração significativa nos preços de serviços e de bens industrializados. E mesmo a grande volatilidade apresentada pela taxa de câmbio do decorrer do ano, reflexo do cenário político, teve pouco efeito sobre a inflação, com o real apresentando no ano uma desvalorização acumulada de apenas 1,5%, terminando em BRL 3,3125.

Neste contexto, o Banco Central pôde prosseguir baixando a taxa básica levando a Selic para 7,0% ao final do ano, seu menor nível histórico. Quanto à atividade econômica, vale ainda destacar a evolução do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego tendo recuado para 12% em novembro, patamar ainda alto, mas significativamente mais baixo do pico de 13,7% atingido em março de 2017. No lado fiscal, embora a trajetória de longo prazo das contas fiscais continue preocupante e seriamente dependente das reformas e ajustes a serem feitos nos próximos anos, o governo seguiu comprometido com o cumprimento das metas fiscais, equacionando as despesas e ainda se beneficiando dos efeitos positivos do maior crescimento econômico sobre a arrecadação, o que deve ter levado a um cumprimento com folga da meta de déficit primário de 2017.

Considerando o cenário internacional no início de 2017 - nos Estados Unidos - o começo de uma nova administração adicionava volatilidade e expectativa quanto à implementação de pacotes de incentivo à atividade

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

econômica e alterações nas relações comerciais. Na Europa, a perspectiva de eleições em vários países europeus apontava o risco de vencedores menos alinhados com a manutenção do bloco ou de suas políticas. Na Ásia, a trajetória esperada de crescimento da economia Chinesa embutia dúvidas sobre a velocidade da desaceleração.

O decorrer do ano, entretanto, mostrou evolução bastante positiva nas três regiões, e na atividade econômica global de forma geral. O PIB mundial deve ter encerrado 2017 apresentando crescimento de 3,6%, contra 3,2% em 2016, com o bom desempenho generalizado entre os países.

Os Estados Unidos encerraram 2017 com um crescimento próximo a 2,3%, acelerando na margem. A economia americana seguiu em trajetória de expansão, com a taxa de desemprego recuando a níveis equivalentes ao pleno-emprego e, ao fim do ano, o governo conseguiu aprovar um substancial pacote de alívio fiscal, que tende a seguir estimulando a economia nos próximos anos. Na Europa, as preocupações políticas iniciais não se confirmaram na maioria dos países, e o crescimento econômico surpreendeu positivamente, com a atividade forte disseminada entre os países. Na Ásia, o crescimento japonês também surpreendeu positivamente e a China inclusive contrariou as expectativas oficiais de desaceleração, se expandindo 6,9% (6,7% em 2016).

Em paralelo, mesmo com a atividade econômica forte, as pressões inflacionárias seguiram bastante contidas na maior parte das economias, permitindo aos principais Banco Centrais do mundo prosseguirem com a normalização gradual de suas políticas monetárias.

Olhando para a frente, na esteira do maior crescimento ocorrido em 2017, 2018 se inicia no Brasil com a expectativa de uma expansão do PIB da ordem de 2,7%, com a inflação voltando a acelerar, mas ainda abaixo do centro da meta, o que permitiria ao Banco Central prosseguir com algum afrouxamento adicional da política monetária no início do ano. O mercado de trabalho tende a continuar se fortalecendo e o cenário para as contas públicas torna-se um pouco mais desafiante, sob a pressão de maiores gastos e menos fontes de receita em 2018, a despeito da expectativa de continuidade de melhora na arrecadação, decorrente da maior atividade. As chances de avanço nas reformas econômicas tendem a ser menores em 2018, em vista do ano eleitoral, com eleições presidenciais marcadas para o último trimestre. O quadro eleitoral fragmentado tende a ser a principal fonte de volatilidade nos mercados no decorrer do ano, em meio a um cenário internacional que tende a seguir benéfico, com continuidade da expansão da economia global de forma sincronizada, normalização gradual da política monetária e ampla liquidez.

A seguir, relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

O Lucro Líquido foi de R\$64,9 milhões, correspondente a R\$ 631 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 8,07% sobre o Patrimônio Líquido inicial. O retorno anualizado sobre Ativos Totais inicial foi de 1,40%. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 851 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 5.374,3 milhões.

O Emissor tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

Os saldos de operações de crédito, incluindo Empréstimos e Financiamentos e Ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 4.040,9 milhões, com aumento de 15,75% quando comparado com o exercício anterior.

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 79,4 milhões, representando 1,97% da carteira de crédito, com redução de 18,56% quando comparado com o exercício anterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 49,2 milhões, representando 61,9% do total provisionado ou o equivalente a 1,22% da carteira de crédito, uma redução de 20,86% em comparação com o ano anterior.

O Emissor utiliza como principais fontes de captação de recursos: Depósitos Interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2017, o total de recursos captados pelo Emissor alcançou R\$ 4.165,2 milhões, sendo:

- a) R\$ 4.096,2 milhões em Depósitos Interfinanceiros;
- b) R\$ 55 milhões em Recursos do BNDES;
- c) R\$ 14 milhões em Cessão de Operações de Crédito com Coobrigação.

2016

O ano de 2016 foi bastante atípico. A deterioração das contas públicas, os desdobramentos da operação Lava-Jato e a crise política, acentuaram ainda mais as incertezas com relação às instituições públicas, os governantes e a economia do país, aprofundando a recessão dos últimos anos e culminando no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Dentro deste contexto, o primeiro semestre foi marcado pela oscilação das perspectivas diante do processo de impeachment e suas consequências, enquanto os índices de confiança, de investimento e a atividade acentuavam a queda que vinham apresentando desde 2015.

Com relação à economia, todo imbróglio político somado ao cenário recessivo exacerbaram a perda de confiança dos agentes econômicos, fazendo com que os investidores e as empresas adotassem uma postura extremamente cautelosa, ao mesmo tempo que a oferta de crédito também sofria forte queda pelas instituições financeiras.

No entanto, após o impeachment, o novo Governo formou uma equipe econômica ortodoxa, que iniciou a implementação de medidas voltadas ao ajuste fiscal e reversão das políticas expansionistas dos anos anteriores, sinalizando uma atuação conservadora no âmbito macroeconômico. Como resultado do processo de reestabelecimento da confiança, as perspectivas e ativos começaram a refletir uma melhora no cenário, ocasionando a valorização do Real, a queda do prêmio de risco, a curva de juros futuro e valorização da Bolsa de Valores.

Mesmo assim, com a atividade econômica bastante enfraquecida, o desemprego atingiu a taxa de 11,9% e a inflação desacelerou fortemente a ponto de terminar 2016 dentro do intervalo da meta, em 6,29%, permitindo que o Banco Central iniciasse o processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa Selic para 13,75% a.a. no final do período e direcionando o mercado a apostar em novos cortes no início de 2017.

No mercado internacional, duas notícias foram destaque e geraram momentos de alta volatilidade aos ativos globais.

Primeiramente o plebiscito pelo Brexit, ocorrido em meados de junho e com resultado favorável à saída do Reino Unido da União Europeia, colocou em xeque a solidez do bloco e gerou dúvidas em outros países que cogitaram também realizar plebiscitos para definir seu futuro dentro do bloco europeu.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Outra foi a inesperada eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, criando um ambiente de fortes incertezas quanto ao rumo da maior economia global. As propostas de campanha do presidente eleito mostraram comprometimento com o protecionismo econômico gerando temor de que o mercado norte-americano perca seu dinamismo, impactando o comércio mundial.

Para 2017, apesar da incerteza política que ainda assola o país e das investigações da operação Lava Jato, a economia deve seguir um caminho positivo. A inflação tem se mostrado consistentemente em queda, consequência de uma atividade ainda fraca, e que deve levar o Banco Central a produzir um afrouxamento monetário mais intenso. Ao mesmo tempo, na medida em que se materializarem as aprovações das medidas de ajuste fiscal, podemos ver um crescimento nos níveis de confiança, com a consequentemente retomada dos investimentos, o que poderá levar a um novo ciclo de retomada da atividade no Brasil.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

O Lucro Líquido foi de R\$40,1 milhões, correspondente a R\$ 386,93 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 5,12% sobre o Patrimônio Líquido inicial. O retorno anualizado sobre os Ativos Totais foi de 0,86%. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 804,7 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 4.622,9 milhões.

O Emissor tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

Os saldos de operações de crédito, incluindo Empréstimos e Financiamentos e Ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 3.490,9 milhões, com diminuição de 9,07% quando comparado com o exercício anterior.

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 97,6 milhões, representando 2,79% da carteira de crédito, com aumento de 13,37% quando comparado com o exercício anterior.

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 62,1 milhões, representando 63,71% do total provisionado ou o equivalente a 1,78% da carteira de crédito, uma redução de 9,47% em comparação com o ano anterior.

O Emissor utiliza como principais fontes de captação de recursos: Depósitos Interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2016, o total de recursos captados pelo Emissor alcançou R\$ 3.608,3 milhões, sendo:

- a) R\$ 3.486,5 milhões em Depósitos Interfinanceiros;
- b) R\$ 93,3 milhões em Recursos do BNDES;
- c) R\$ 28,5 milhões em Cessão de Operações de Crédito com Coobrigação.

2015

Em 2015 a economia brasileira passou por uma forte desaceleração. Além dos fatores macroeconômicos estruturais, a grave crise política, somada aos desdobramentos da operação Lava-Jato, agravaram a deterioração da economia e acentuaram ainda mais as incertezas, refletindo no aumento da volatilidade dos ativos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Neste contexto, os índices de confiança e os investimentos continuaram cedendo, a desvalorização cambial aumentou, enquanto a inflação corrente se manteve pressionada pelo realinhamento de preços administrados e serviços. Desta maneira terminamos o ano de 2015 com uma inflação medida pelo IPCA de 10,67% e uma retração do PIB de 3,8%.

Sem um esforço real na redução das despesas primárias, o quadro Fiscal foi impactado também pela queda da atividade e pela conjuntura política, culminando na perda do grau de investimento do país e na saída do Ministro da Fazenda, explicitando a dificuldade do Governo em implementar uma política Fiscal austera, visando o reestabelecimento da confiança. Mesmo com esse cenário de queda generalizada da demanda agregada, o Banco Central teve que seguir com o aperto monetário iniciado no final de 2014, a fim conter as pressões inflacionárias e sobre a moeda, fazendo com que a Selic finalizasse o ano em 14,25%.

Ao longo de 2015 o Real se desvalorizou em aproximadamente 60%, fechando a R\$4,00 por dólar. Se por um lado, causou aumento nos custos na cadeia produtiva pressionando o IPCA, do outro, impactou positivamente a balança comercial e a conta corrente do país. Embora os saldos das operações de crédito tenham mostrado um modesto crescimento no ano, ficou evidente uma tendência de desaceleração no volume de novas concessões, consequência da elevação na taxa de juros, da queda dos índices de confiança e dos investimentos, da deterioração do mercado de trabalho, e da diminuição dos créditos direcionados.

No mercado internacional o crescimento não foi uniforme. O grupo das economias desenvolvidas sob a liderança dos EUA registrou pequena aceleração do crescimento, consolidando a trajetória de recuperação gradativa após a crise financeira do final da década passada. Já a maioria das economias emergentes apresentou desaceleração, ou mesmo recessão, influenciadas pela queda dos preços das commodities ocasionada pela desaceleração da economia chinesa, e a fuga de investidores que trabalhavam com a expectativa do aumento de juros que o Banco Central Americano promoveria.

Tendo em vista um menor crescimento da economia chinesa, um aumento na percepção de risco dos países emergentes, juntamente com os nossos problemas econômicos e políticos, vislumbramos que 2016 deverá ser um ano de muita volatilidade, indicando uma maior desaceleração econômica, piora no mercado de trabalho e queda nos investimentos, delineando assim um cenário econômico desafiador.

A seguir relacionamos as principais informações financeiras relativas às operações do Emissor:

O Lucro Líquido foi de R\$39,0 milhões, correspondente a R\$ 377,36 por lote de mil ações e a rentabilidade anualizada de 5,10% sobre o Patrimônio Líquido inicial. O retorno anualizado sobre os Ativos Totais foi de 0,76%. O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 781,7 milhões com um saldo total de ativos de R\$ 4.940,4 milhões.

O Emissor tem como foco principal a atuação no segmento de varejo no mercado de crédito pessoal, principalmente crédito consignado e financiamento de veículos, mas com atuação também no atacado, com repasses do BNDES. Atua de forma regionalizada e com presença nas principais capitais.

Os saldos de operações de crédito, incluindo Empréstimos e Financiamentos e Ajuste a valor de mercado das operações de crédito objeto de “hedge” (nos termos da Circular BACEN 3624/13), somaram R\$ 3.839,2 milhões, com diminuição de 5,08% quando comparado com o exercício anterior.

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R\$ 86,0 milhões, representando 2,24% da carteira de crédito, com aumento de 22,86% quando comparado com o exercício anterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O volume total de operações vencidas após 15 dias foi de R\$ 68,7 milhões, representando 80% do total provisionado ou o equivalente a 1,79% da carteira de crédito, um aumento de 3,66% em comparação com o ano anterior.

O Emissor utiliza como principais fontes de captação de recursos: Depósitos Interfinanceiros e recursos do BNDES para repasse e de Instituições Financeiras.

No exercício de 2015, o total de recursos captados pelo Emissor alcançou R\$ 3.858,3 milhões, sendo:

- a) R\$ 3.666,9 milhões em Depósitos Interfinanceiros;
- b) R\$ 141,5 milhões em Recursos do BNDES;
- c) R\$ 49,9 milhões em Cessão de Operações de Crédito com Coobrigação.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31.12.2017

Dada sua natureza de instituição financeira, as principais fontes de captação do Emissor são:

- Depósitos Interfinanceiros;
- Vendas de Ativos Financeiros;
- Recursos do BNDES e FINAME para repasse; e

Todas as dívidas do Emissor estão sujeitas ao mesmo grau de subordinação.

Não existem restrições impostas à Sociedade em relação à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários, à alienação de controle societário, ao limite de endividamento ou à emissão de novos valores mobiliários que não as previstas em determinações legais e regulamentares dos órgãos reguladores.

b) Estrutura de Capital e Possibilidades de Resgate de Ações ou Quotas

Data	Capital Social
31.12.2015	R\$ 379.700.000,00
31.12.2016	R\$ 387.830.000,00
31.12.2017	R\$ 400.030.000,00

O Capital Social do Emissor é dividido em 102.976.956 (cento e dois milhões, novecentas e setenta e seis mil e novecentas e cinquenta e seis) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 58.742.969 (cinquenta e oito milhões, setecentas e quarenta e duas mil e novecentas e sessenta e nove) ordinárias e 44.233.987 (quarenta e quatro milhões, duzentas e trinta e três mil e novecentas e oitenta e sete) preferenciais, inconversíveis em ordinárias.

Estrutura de Capital: Próprio e de Terceiros (R\$ mil)

Descrição	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2015	
	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total	R\$	% Em relação ao capital total
Patrimônio Líquido	851.004	15,9%	804.759	17,5%	781.749	15,9%
Capital de Terceiros	4.505.021	84,1%	3.805.859	82,5%	4.130.555	84,1%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total	5.356.025	100,0%	4.610.618	100,0%	4.912.304	100,0%
--------------	------------------	---------------	------------------	---------------	------------------	---------------

O Emissor vem mantendo, nos últimos três exercícios, capital próprio em percentual superior a 11% do passivo total, considerado pela Administração um nível adequado e conservador. Além disso, a proporção de capital próprio das instituições é regulamentada e monitorada pelo Banco Central do Brasil e, na aplicação das normas vigentes dessa Autarquia, fica evidenciada a boa capacidade de solvência do Emissor.

Não há previsão de resgate de ações de emissão do Emissor.

i. Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações, exceto conforme previsto em lei.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações, exceto conforme previsto em lei.

c) Capacidade de Pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Emissor tem mantido, nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017 liquidez suficiente para pagamento de todas as suas obrigações financeiras. Os controles e estratégias de liquidez são decididos pelo Comitê de Caixa que se reúne diariamente, com o objetivo de avaliar os ativos que compõem sua carteira, o fluxo de caixa diário e projetado, de modo a garantir a liquidez necessária para honrar vencimentos e renovações de operações financeiras, concessões de empréstimos e outras formas de crédito, fluxo de caixa de despesas, antecipação de passivos, atraso nas carteiras e necessidades próprias de capital de giro. Adicionalmente, as posições são monitoradas e em aderência à estratégia traçada, casadas da melhor maneira possível quanto a prazos e taxas.

Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de liquidez a que o Conglomerado está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas, além de reportar e documentar os eventos, testar os sistemas de controle, definir o contingenciamento das atividades e as estruturas de gerenciamento e divulgar os resultados para a Administração.

A política para gestão do risco de liquidez e o nível mínimo de caixa desejado para o Conglomerado Financeiro Alfa são definidos nas reuniões do CGRM (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) e são reavaliados periodicamente.

As premissas utilizadas nas projeções seguem as recomendações definidas na Resolução nº 4.090 do Banco Central do Brasil, de 24 de maio de 2012, tendo como principais objetivos de monitoramento:

- A avaliação dos fluxos de caixa em condições normais de mercado, levando-se em conta principalmente as captações livres para resgate, as com carência, as aplicações com liquidez, os fluxos de repagamento dos empréstimos, e as perspectivas de inadimplência;
- A simulação de cenários em situação de estresse de liquidez, de forma a dimensionar a intensidade e a velocidade da deterioração dos níveis de liquidez e geração de caixa.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadasPrincipais Fontes de Captação (R\$ mil)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
------------------	-------------------	-------------------	-------------------

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Depósitos Interfinanceiros	4.096.185	3.486.526	3.666.889
Subtotal Depósitos	4.096.185	3.486.526	3.666.889
Empréstimos e Repasses	55.026	93.295	141.488
Venda de Ativos Financeiros	14.016	28.542	49.983
Total	4.165.227	3.608.363	3.858.360

O nível de liquidez mínimo do Emissor é monitorado constantemente, a fim de garantir a liquidez necessária para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, sendo este determinado e revisado periodicamente pelo Comitê de Caixa.

A Tesouraria estabelece as taxas dos produtos de crédito do Emissor, operações interfinanceiras e de hedge de taxa, dando suporte aos segmentos comerciais, administrando a liquidez, respeitando as regras e objetivos de investimentos e de acordo com a política de administração de ativos e passivos. Qualquer escassez de liquidez de financiamento pode ser coberta pela Tesouraria através de captação no mercado interbancário, investindo os excedentes em instrumentos líquidos de alta qualidade, concentrado em títulos públicos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

2017

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2016

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

2015

Como fonte alternativa de captação, o Emissor tem a opção da venda de parte de sua carteira de ativos a outras Instituições Financeiras, com limites e condições previamente negociados, bem como a utilização desta carteira para garantir a emissão de títulos junto ao Fundo Garantidor de Crédito e/ou outras Instituições.

f) Níveis de endividamento e características de tais dívidas

As principais fontes de financiamento do Emissor são a captação de depósitos interfinanceiros, Repasses do BNDES e FINAME e de Instituições Financeiras.

i. Maiores Fontes de Financiamento – R\$ mil
Conforme especificadas no quadro da letra d) acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras
Assim como as instituições financeiras se utilizam do depósito a prazo com clientes, também se financiam entre si através de Depósitos Interfinanceiros (DI). Neste caso, o Emissor tem diversas linhas de longo prazo com outras instituições financeiras de primeira linha.

iii. Grau de subordinação de dívidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Emissor não tem dívidas subordinadas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O Emissor não tem qualquer restrição quanto a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de valores imobiliários ou alienação de controle societário, excetuadas as decorrentes de lei ou regulamentação.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

O Emissor dispõe de diversas linhas com instituições financeiras de primeira linha que lhe permitem a captação de recursos com prazos e custos adequados a suas operações, sejam recursos em reais ou em moeda estrangeira. Além disso, seus limites com o BNDES lhe permitem ampliar substancialmente a carteira de crédito constituída com repasses de recursos daquela instituição.

h) Alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras

Abaixo, apresentamos as principais variações relativas às contas patrimoniais do Emissor:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R\$MIL	2017	2016	2015	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				2017	2016	2015	2017 x 2016		2016 x 2015	
							R\$	%	R\$	%
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	5.366.345	4.615.197	4.933.845	99,9	99,8	99,9	751.148	16,3	(318.648)	(6,5)
Disponibilidades	1.642	3.045	4.128	0,0	0,1	0,1	(1.403)	(46,1)	(1.083)	(26,2)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	720.075	787.245	438.972	13,4	17,0	8,9	(67.170)	(8,5)	348.273	79,3
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	492.790	293.199	507.856	9,2	6,3	10,3	199.591	68,1	(214.657)	(42,3)
Operações de Crédito	3.632.778	3.011.376	3.394.761	67,6	65,1	68,7	621.402	20,6	(383.385)	(11,3)
Provisão Para Devedores Duvidosos	(79.183)	(97.536)	(86.049)	(1,5)	(2,1)	(1,7)	18.353	(18,8)	(11.487)	13,3
Outros Créditos, Valores e Bens	598.243	617.868	674.177	11,1	13,4	13,6	(19.625)	(3,2)	(56.309)	(8,4)
Ativo Permanente	7.943	7.726	6.573	0,1	0,2	0,1	217	2,8	1.153	17,5
Investimentos	751	751	751	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-
Imobilizados de Uso	5.957	6.013	5.102	0,1	0,1	0,1	(56)	(0,9)	911	17,9
Intangível	1.235	962	720	0,0	0,0	0,0	273	28,4	242	33,6
Total	5.374.288	4.622.923	4.940.418	100,0	100,0	100,0	751.365	16,3	(317.495)	(6,4)

R\$MIL	2017	2016	2015	Análise Vertical %			Análise Horizontal %			
				2017	2016	2015	2017 x 2016		2016 x 2015	
							R\$	%	R\$	%
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	4.505.021	3.805.859	4.130.555	83,8	82,3	83,6	699.162	18,4	(324.696)	(7,9)
Depósitos	4.096.185	3.486.526	3.666.889	76,2	75,4	74,2	609.659	17,5	(180.363)	(4,9)
Obrigações por Repasses dos Pais - Inst. Oficiais	55.026	93.295	141.488	1,0	2,0	2,9	(38.269)	(41,0)	(48.193)	(34,1)
Instrumentos Financeiros Derivativos	167.017	65.363	62.020	3,1	1,4	1,3	101.654	155,5	3.343	5,4
Outras Obrigações	186.793	160.675	260.158	3,5	3,5	5,3	26.118	16,3	(99.483)	(38,2)
Resultados de Exercícios Futuros	18.263	12.305	28.114	0,3	0,3	0,6	5.958	48,4	(15.809)	(56,2)
Patrimônio Líquido	851.004	804.759	781.749	15,8	17,4	15,8	46.245	5,7	23.010	2,9
Total	5.374.288	4.622.923	4.940.418	100,0	100,0	100,0	751.365	16,3	(317.495)	(6,4)

2017

Principais variações ocorridas em 2016, extraídas da tabela acima

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Varição	Nota
Ativo:				
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	492.790	293.199	199.591	(a)
Operações de Crédito	3.632.778	3.011.376	621.402	(b)
Passivo:				
Depósitos	4.096.185	3.486.526	609.659	(c)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- a) Os títulos e valores mobiliários apresentaram as seguintes variações: i) aumento de R\$230.136 nas Letras Financeiras do Tesouro; ii) redução de R\$30.545 em operações de Swap.
- b) A Carteira de Crédito apresentou um aumento de 15% em relação ao ano anterior, as principais variações estão:
- i) Aumento nas operações com crédito consignado, CDC, gerenciamento de recebíveis e floor plan. Essas operações representam 96% da carteira de crédito e apresentaram um aumento de 18% em relação ao ano anterior.
 - ii) Redução nas operações com repasses e CP Logista. Essas operações representam 2% da carteira de crédito e apresentaram uma redução de 46% em relação ao ano anterior.
- c) O aumento de R\$609.659 dos depósitos representado pelos Depósitos Interfinanceiros entre empresas ligadas está relacionado com a gestão de fluxo de caixa das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa.

2016

Principais variações ocorridas em 2016, extraídas da tabela acima

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	787.245	438.972	348.273	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	293.199	507.856	(214.657)	(b)
Operações de Crédito	3.011.376	3.394.761	(383.385)	(c)
Passivo:				
Depósitos	3.486.526	3.666.889	(180.363)	(d)

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 31.12.2016 estão representadas por Depósitos Interfinanceiros com empresas ligadas. O aumento de R\$ 348.273 quando comparadas com o período anterior, reforça a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidades de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias, e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos tiveram redução de R\$ 49.309 nas Letras Financeiras do Tesouro e R\$ 165.348 em operações de Swap.
- c) A redução na carteira de crédito, da mesma forma que o período anterior, está impulsionada principalmente nas operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) devido à grande redução das vendas de veículos no mercado nacional. A redução dessa modalidade continua relacionada à atual conjuntura da economia brasileira.
- d) A redução de R\$ 180.363 dos depósitos representado pelos Depósitos Interfinanceiros entre empresas ligadas é representado pela gestão de fluxo de caixa das empresas do Conglomerado Financeiro Alfa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**2015**

Principais variações ocorridas em 2015, extraídas da tabela acima:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação	Nota
Ativo:				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	438.972	634.278	(195.306)	(a)
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	507.856	358.621	149.235	(b)
Operações de Crédito	3.394.761	3.673.422	(278.661)	(c)
Passivo:				
Depósitos	3.666.889	3.924.239	(257.350)	(d)

- a) As aplicações interfinanceiras de liquidez em 31.12.2015 estão representadas por Depósitos Interfinanceiros com empresas ligadas. Embora demonstrem uma redução de R\$ 195.306 quando comparadas com o período anterior, é importante ressaltar a estratégia da Administração em manter o volume financeiro para necessidades de fluxo de caixa considerando aspectos importantes como i) liquidez imediata, promovendo operações com prazos igual ou inferior a 30 dias, e ii) garantia de liquidez, promovendo operações com instituições consideradas de primeira linha.
- b) Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos tiveram aumento de R\$ 1.564 nas Letras Financeiras do Tesouro e R\$ 147.671 em operações de Swap. O aumento nas operações de Swap está em consonância à política de gestão de risco que a Companhia faz com a utilização de instrumentos financeiros derivativos especificamente para operações de “Hedge de Risco de Mercado” tendo como objeto as operações de crédito.
- c) A redução na carteira de crédito está impulsionada principalmente nas operações de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) devido à grande redução das vendas de veículos no mercado nacional. A redução dessa modalidade está diretamente relacionada à atual conjuntura da economia brasileira.
- d) A redução das captações via depósito em 6,56% quando comparada com o período anterior ocorre pelo fato da diminuição da carteira de crédito que reduziu a necessidade de captação.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a) Comentários dos diretores – Resultado operacional e financeiro

Para melhor compreensão dos lucros apresentados nos Demonstrativos de Resultado do Emissor dos exercícios findos em 2015, 2016 e 2017 abaixo estão listados os principais itens de receita e despesa e comentários sobre os eventos mais significativos que impactaram os resultados.

Descrição	Em R\$MIL		
	2017	2016	2015
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	364.686	344.872	325.809
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de Prestação de Serviços	8.326	5.071	4.098
Rendas de Tarifas Bancárias	30.842	22.675	24.424
Despesas de Pessoal	(100.726)	(93.745)	(92.982)
Outras Despesas Administrativas	(65.509)	(57.989)	(58.550)
Despesas Tributárias	(22.132)	(22.612)	(21.463)
Outras Receitas Operacionais	6.193	8.715	9.502
Outras Despesas Operacionais	(145.376)	(141.973)	(133.802)
RESULTADO OPERACIONAL	76.304	65.014	57.036
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	32.478	(1.298)	(675)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	108.782	63.716	56.361
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(39.370)	(19.739)	(13.530)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(4.446)	(3.924)	(3.769)
LUCRO LÍQUIDO	64.966	40.053	39.062

2017

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 64.966 mil, correspondendo à rentabilidade de 8,07% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 804.759 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 631.

Seu resultado operacional aumentou em 2017 comparado a 2016, tendo destaque a receita com comissões, que apresentou um aumento de R\$7 milhões em 2016 para R\$13 milhões em 2017. Por outro lado, o aumento nas despesas operacionais é decorrente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”) para algumas de suas ações tributárias. Embora a adesão ao referido programa tenha proporcionado benefícios econômicos pela significativa redução de juros e isenção de multas, os pagamentos realizados em razão dessa adesão aumentaram o volume das despesas operacionais em 2017.

2016

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 40.053 mil, correspondendo à rentabilidade de 5,12% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 781.749 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 386,93.

O resultado alcançado pelo Emissor apresenta-se superior em 2,54% em 2016, quando comparado com os resultados de 2015. Mesmo com a redução da carteira de crédito e consequente redução das receitas com prestações de serviço foi possível obter um acréscimo de 5,16% no resultado Bruto da Intermediação Financeira, decorrente da melhora dos spreads.

2015

10.2 - Resultado operacional e financeiro

O lucro líquido do Emissor no exercício atingiu R\$ 39.062 mil, correspondendo à rentabilidade de 5,10% sobre o patrimônio líquido inicial de R\$ 765.926 mil. A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu um lucro líquido de R\$ 377,36.

O resultado alcançado pelo Emissor apresenta-se superior em 5,13% em 2015, quando comparado com os resultados de 2014, basicamente devido ao aumento de 5,58% no resultado bruto da intermediação financeira, impactado pelo:

- i) Aumento total de R\$ 76.742 mil nas Receitas da Intermediação Financeira - conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil		
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Variação</u>
Operações de Crédito	568.704	638.080	(69.376)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	124.783	127.725	(2.942)
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	130.248	3.868	126.380
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	72.397	49.717	22.680
Total	896.132	819.390	76.742

- ii) Aumento total de R\$ 59.521 mil nas Despesas da Intermediação Financeira - conforme demonstrado abaixo:

	R\$ mil		
<u>Descrição</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>Variação</u>
Operações de Captação no Mercado	516.290	477.648	38.642
Operações de Empréstimos e Repasses	5.309	2.453	2.856
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	7.653	10.331	(2.678)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	41.071	20.370	20.701
Total	570.323	510.802	59.521

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

O Emissor não teve variações relevantes em suas receitas decorrentes de modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

O Emissor tampouco teve variações significativas nas nossas receitas decorrentes da introdução de novos produtos e serviços ou de alteração de volumes.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Variações no resultado operacional e no resultado financeiro podem ocorrer por flutuações nas taxas de mercado dos ativos e passivos financeiros do Emissor. Para que estas flutuações não gerem impactos significativos para o Emissor, limites de exposições, volatilidades (VaR) e *duration* foram estabelecidos e são controlados diariamente sob diversos cenários de mercado. Os limites são estabelecidos por um comitê (Comitê de Gestão de Risco de Mercado) que os avalia periodicamente vis-à-vis as condições econômicas do país e do exterior.

A gestão de risco do Conglomerado Financeiro Alfa tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de mercado – conceituados na Resolução nº 3.464, do Banco Central – aos quais está sujeito, e consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar a imagem de integridade e correção do

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Conglomerado Financeiro Alfa perante seus clientes, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos.

Em linha com boas práticas de governança de gestão de riscos, o Conglomerado Financeiro Alfa gerencia, continuamente, todas as suas exposições ao risco em conformidade com os preceitos regulatório e o Acordo de Capitais – Basileia.

As metodologias aplicadas são consagradas no mercado e periodicamente avaliadas nos comitês internos de risco de mercado, dos quais as diretorias e presidências são membros efetivos. São nesses fóruns que os limites de exposição, risco e estresse são definidos.

Os quadros apresentados a seguir demonstram a análise de sensibilidade das exposições a risco de mercado relevantes do Emissor. Destaca-se que, além de ferramentas de sensibilidade, o Conglomerado Financeiro Alfa vale-se de outras métricas complementares para a efetiva análise diária e administração do risco de mercado.

Em 31 dezembro de 2017 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(15.298)	(17.668)	(34.238)

Em 31 dezembro de 2016 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(10.945)	(17.860)	(34.634)

Em 31 dezembro de 2015 – R\$ mil

Fatores de riscos	Definição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à variação das taxas de juros prefixadas em reais	(16.426)	(19.935)	(38.705)

As premissas para as análises de sensibilidade apresentadas acima partem da consideração de que os impactos afetariam negativamente as posições do Emissor, caso viessem a ocorrer.

Cenário 1: este é o cenário provável para os fatores de risco, utilizando como insumos, para seu cálculo, as informações prestadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, através de seus cenários de estresse. Esse é o cenário de estresse utilizado diariamente pelo Conglomerado Financeiro Alfa.

Cenário 2: este cenário vale-se de uma deterioração de 25% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

Cenário 3: este cenário vale-se de uma deterioração de 50% sobre os vértices de cada curva ou preços de mercado (nas respectivas datas-bases) como fator de sensibilidade aplicada em seu respectivo fator de risco – *parallel shift*.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Não ocorreu introdução ou alienação de nenhum segmento operacional.

Não existem eventos ou operações relevantes não usuais a serem comentados e/ou que causaram ou poderão causar impactos nas Demonstrações Financeiras da Sociedade e em seus resultados.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis para os anos de 2015, 2016 e 2017.

Não existem efeitos significativos das alterações em práticas contábeis em função da inexistência de alterações significativas, conforme item anterior.

Inexistem ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor para os anos de 2015, 2016 e 2017.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Para elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade, a Administração adota políticas contábeis julgadas adequadas, dentre as quais algumas envolvem alto grau de julgamento, fundamentado em análises, estimativas e experiência das pessoas envolvidas. Embora a Administração tenha como meta refletir nas demonstrações financeiras os números mais fidedignos, é possível que outros, considerando as mesmas informações, cheguem a conclusões diferentes.

A seguir são listados os procedimentos adotados nas políticas contábeis consideradas críticas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esses ativos financeiros são classificados, conforme determina a Circular BACEN nº 3.068/01, em três categorias, a saber:

- Títulos para negociação – são ativos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São apresentados no balanço pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos adquiridos com a intenção de sua manutenção até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos que não se enquadram nem na categoria de negociação nem na categoria de mantidos até o vencimento. São apresentados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.

A classificação desses ativos financeiros se dá no momento da sua aquisição, conforme a intenção da Administração. Modificações na classificação original destes ativos financeiros são eventos raros e têm potencial de causar impactos significativos nos resultados da Sociedade. Qualquer modificação desta natureza envolve um grau de julgamento e é precedida de um conjunto de análises considerando-se sempre os limites e requisitos das normas contábeis aplicáveis (Circular BACEN nº 3.068/01).

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Administração da Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivativos apenas com a intenção de proteção (“hedge”), ou seja, para eliminar ou minimizar os riscos resultantes principalmente de variações em taxas de juros.

Essas operações são contabilizadas pelo seu valor justo em contrapartida de resultado do exercício. Os ativos e passivos relacionados, objeto de hedge de valor de mercado, quando se qualificam para a “contabilidade de hedge”, tal como definem as normas de contabilidade (Circular BACEN nº 3.082/02), são apresentados nas demonstrações financeiras pelo valor justo em contrapartida ao resultado do exercício.

PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída observando-se as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.682/99) e do Banco Central do Brasil (Carta Circular BACEN nº 2.899/00) e é apurada em valor considerado suficiente para cobrir prováveis perdas com inadimplência que possam ocorrer nas operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamento sobre contrato de câmbio e outras operações que apresentem riscos de crédito.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As análises da Sociedade para determinar o valor da provisão envolvem critérios diferentes entre operações consideradas significativas e operações de varejo. Para as primeiras, as análises são individuais, e para as operações de varejo, são analisadas as carteiras e leva-se em consideração o tipo de operação, as garantias e os atrasos nos recebimentos desses ativos.

Baseadas nessas avaliações, essas operações são classificadas em *ratings* (níveis de risco) e, de acordo com esses *ratings*, percentuais são aplicados para se atingir o volume de provisão necessário, conforme determina o CMN e o BACEN. O valor apurado, embora a Administração o considere adequado e suficiente pra cobrir prováveis perdas de créditos, leva em conta um alto grau de julgamento. Alterações nesse processo ou no julgamento utilizado podem alterar o valor da provisão com consequente impacto no resultado do exercício.

VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

No mínimo anualmente, a Administração revisa seus ativos para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

IMPOSTOS SOBRE O LUCRO

Os impostos sobre o lucro compreendem impostos correntes e impostos diferidos. Os mesmos sempre são reconhecidos contra o resultado do exercício.

Os impostos correntes são os que se esperam sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor utilizando-se as alíquotas correspondentes também em vigor.

Os impostos diferidos são apurados com base nas diferenças temporais entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas em vigor na data do balanço. O valor dos impostos diferidos registrado no balanço leva em conta que ele será recuperado com lucros que a Sociedade irá gerar no futuro. Para confirmar a capacidade de geração de resultados futuros suficientes para a realização dos impostos diferidos, a Administração se baseia em estudos técnicos preparados em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 3.059/2002, em que são utilizados em grande escala critérios subjetivos de avaliação. O percentual de realização dos impostos diferidos ano a ano é apresentado em nota explicativa às demonstrações financeiras.

PROVISÕES PARA PASSIVOS CONTINGENTES

Esses passivos contingentes envolvem, principalmente, riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Para se constituir provisões julgadas adequadas, a Administração se utiliza de opiniões dos assessores jurídicos, análise da natureza das ações e posicionamento dos Tribunais. Conforme determina a Resolução CMN nº 3.823/2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico do CPC nº 25, sempre que a probabilidade de perda for avaliada como provável, que representa uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação, e quando os montantes forem mensuráveis com razoável segurança, uma provisão é constituída. Os passivos contingentes considerados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas demonstrações financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os ativos e passivos detidos pelo Emissor estão evidenciados nas suas demonstrações financeiras, não havendo, portanto, itens relevantes não evidenciados.

10.8 - Plano de Negócios

O Conglomerado Financeiro Alfa tem como objetivo a expansão de sua atuação nos mercados nos quais está presente, quais sejam, operações de crédito com grandes empresas, financiamento de automóveis, crédito consignado, crédito pessoal, gestão de recursos e Private Bank.

A administração das atividades do Conglomerado Financeiro Alfa é centralizada e compartilha os mesmos sistemas de controle. A Diretoria do Conglomerado reconhece a importância da tecnologia para o crescimento das operações e dos novos negócios, e que os investimentos necessários devem ser realizados a tempo, de forma eficaz e compatível com o volume de negócios e receitas das Instituições.

Os investimentos em tecnologia vêm sendo realizados de acordo com o crescimento das operações, apoiados no planejamento de capacidade dos recursos e observando os critérios definidos para a medida da obsolescência dos componentes da arquitetura. Aspectos como a segurança das informações, back-ups internos, externos e a modernização dos sistemas, do parque de computadores e da rede de telecomunicações vêm sendo tratados com grande ênfase, a fim de minimizar riscos e assegurar a perfeita continuidade dos negócios do Conglomerado Financeiro Alfa.

O quadro abaixo demonstra o total investido em tecnologia nos últimos três anos e a previsão de investimentos para 2018, incluindo infraestrutura de TI (equipamentos, softwares e telecomunicações) e desenvolvimento de sistemas internos e contratação de soluções de terceiros. A previsão de investimentos para 2018 está alinhada com a estratégia do Conglomerado e contempla atualizações e implantações de melhorias nos sistemas que atendem segmentos/produtos de maior relevância, visando garantir eficiência, agilidade e baixo custo. Os investimentos incluem o desenvolvimento de uma plataforma digital para concessão de operações de crédito pessoal, visando acompanhar a modernização do mercado e o aumento da carteira de produtos oferecidos. Também está previsto o desenvolvimento do aplicativo para smartphones para facilitar os serviços oferecidos aos correntistas e clientes do segmento *private banking* e a implantação de chave de segurança em substituição à tabela de senhas atualmente utilizada no Internet Banking. Vale ressaltar também, que está incluída nesta previsão, investimentos na área de segurança da informação, bem como a modernização da infraestrutura do site de contingência.

Investimentos (R\$ mil)	Previsão 2018	2017	2016	2015
Infraestrutura de TI	5.131	6.253	5.630	4.623
Sistemas	16.342	14.954	13.793	13.616
Total	21.473	21.208	19.423	18.239

10.9 - Outros fatores com influência relevante

O Emissor registrou todos os comentários relevantes sobre o desempenho operacional nos itens anteriormente descritos.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

O Emissor não divulgou projeções ou premissas nos anos 2015, 2016 e 2017.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

O Emissor não divulgou projeções nos anos 2015, 2016 e 2017.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê

i) ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- a. fixar a orientação geral dos negócios do Banco;
- b. eleger e destituir os Diretores;
- c. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis do Banco; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos;
- d. manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- e. escolher e destituir os auditores independentes;
- f. autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar agências em todo o país, ou no exterior;
- g. emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral;
- h. deliberar sobre a distribuição das participações atribuídas aos seus membros e aos membros da Diretoria pela Assembleia Geral;
- i. autorizar a aquisição de ações de emissão do Banco, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, e posterior alienação;
- j. resolver os casos extraordinários;
- k. eleger e destituir os integrantes do Comitê de Auditoria;
- l. no interesse da Sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da assembleia geral que se realizar em seguida.

Compete, ainda, ao Conselho de Administração autorizar a Diretoria a praticar os seguintes atos: transigir, renunciar, desistir, firmar compromisso nos termos do Artigo 851 do Código Civil Brasileiro, adquirir, onerar e alienar não só bens imóveis, como, também, participações acionárias.

ii) ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA E OUTROS COMITÊS

COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário do emissor, constituído nos termos do Art. 10 do Regulamento anexo à Resolução nº 3.198, de 27.05.2004, do Banco Central do Brasil, por Assembleia Geral Extraordinária do Banco realizada em 18.06.2004, registrada na Junta Comercial deste Estado sob nº 335.972/04-4, em 06.07.2004. O Comitê de Auditoria tem por objetivo o cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas no citado Regulamento, não só relativamente ao Banco, mas, também, às demais instituições pertencentes ao Conglomerado Financeiro Alfa.

Constituído por 3 membros, sendo um designado Coordenador:

Clóvis de Matos Guedes - Coordenador

José Canuto da Cunha

Fernando Luiz Ramos Pompéia

Periodicidade: Duas Reuniões Mensais.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

- a) Elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e das demais instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, propondo ao Conselho de Administração a forma de remuneração;
- b) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração dos administradores;
- c) revisar anualmente a política de remuneração dos administradores, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; propor ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida às assembleias gerais das instituições, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404, de 1976;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração dos administradores;
- e) analisar a política de remuneração dos administradores em relação às práticas de mercado, especialmente de instituições de porte e atuação semelhantes; e
- f) zelar para que a política de remuneração dos administradores esteja permanentemente compatível com a filosofia do Banco, com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada das instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa e com o disposto na regulamentação aplicável.

Atualmente composto pelo Presidente do Conselho de Administração, Diretor Jurídico e Chefe do Departamento de Recursos Humanos.

Periodicidade: pelo menos uma vez ao ano.

iii) CONTRATAÇÃO DE EXTRA AUDITORIA

O Emissor não possui uma política formalizada de contratação de serviço de extra auditoria

b) ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA

- a. estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;
- b. quando julgar oportuno, elaborar o Regimento Interno;
- c. nomear e dispensar correspondentes;
- d. elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente:

- a. cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- b. representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses;
- c. instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, na hipótese de que trata o Art. 10 (dez) deste estatuto;
- d. presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;
- e. dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- f. nomear, demitir, promover, contratar, suspender e licenciar funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

Diretores:

- a. dirigir os serviços e/ou agências do emissor que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente;
- b. realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria;
- c. desincumbir-se das atribuições que lhe forem cometidas, especificamente, pela Diretoria e pelo Diretor Presidente.

Não há previsão, no Estatuto Social do Emissor, de mecanismos de avaliação de desempenho de seus membros do Conselho de Administração, órgãos ou Comitês e Diretoria.

e) DATAS DE INSTALAÇÃO

Conselho Fiscal: instalado na Assembléia Geral Ordinária de 19.04.2018

Comitê de Auditoria: instalado em 18.06.2004

Comitê de Remuneração: instalado em 26.04.2012

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- a. As convocações são efetuadas no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da Assembleia.
- b. A competência para convocação é do Presidente do Conselho de Administração, ou nos casos legais.
- c. Os documentos relativos à assembleia geral estão à disposição dos acionistas para análise na Alameda Santos, 466 – 4º andar, Cerqueira César, São Paulo – SP, CEP 01418000.
- d. Nos termos da lei, é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do conselho de administração ou da diretoria, a natureza e extensão do seu interesse.

Ainda que observado o disposto acima, o administrador somente pode contratar com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros. Caso contrário o negócio é anulável, e o administrador interessado será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que dele tiver auferido.

Adicionalmente, o emissor preparou e impõe a seus funcionários, administradores e demais colaboradores a observância de um Código de Ética e Conduta, pelo qual são terminantemente vedados o uso de informação privilegiada, o favorecimento pessoal, a promoção ou efetivação de negócios do emissor com pessoa ou empresa de que seja sócio, ou que tenha em seu corpo diretivo parentes de até 3º grau, assim como a contratação de prestadores de serviços ou fornecedores com características similares e o recebimento de remuneração ou benefício de qualquer natureza, eventual ou não, de terceiros que transacionem com as instituições de seu Conglomerado.

- e. Nos termos do Estatuto Social, para participar da Assembleia Geral é necessária a condição de acionista até 8 (oito) dias antes da data da realização do respectivo conclave e, quando o acionista se fizer representar por mandatário, é necessário o depósito do instrumento de procuração, na sede social, até 5 (cinco) dias também antes do mesmo evento.
- f. O instrumento de procuração deve ter firma reconhecida, e ser acompanhado de comprovação de poderes do respectivo outorgante.

O emissor não admite procurações eletrônicas outorgadas por meio de sistema na rede mundial de computadores, nos termos do Artigo 29 da Instrução CVM nº 481/2009.

- g. Boletim de Voto: o boletim, disponível no site da Sociedade (www.alfanet.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://sistemas.cvm.gov.br/?CiaDoc>), deverá ser devidamente impresso e preenchido, atendendo as seguintes formalidades:
 - (a) Todas as folhas devem ser rubricadas;
 - (b) A assinatura deverá constar do campo apropriado, sendo necessário reconhecimento de firma;
 - (c) Os documentos constantes da tabela abaixo, conforme apropriado, deverão acompanhar o Boletim; e
 - (d) O Boletim preenchido, rubricado, assinado e com firma reconhecida, bem como os documentos constantes da tabela abaixo, deverão ser entregues pelo acionista pessoalmente, das 09h00min. às

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

18h00min. (horário de Brasília), ou enviados via correio, em ambos os casos, em até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia na sede da Sociedade.

Documentos a serem apresentados à Sociedade, juntamente com o Boletim	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal* (cópia autenticada)	X	X	X
Contrato ou Estatuto Social consolidado e atualizado** (cópia autenticada)	-	X	X
Documento que comprove os poderes de representação** (cópia autenticada)	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do Fundo (cópia autenticada)	-	-	X

* Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

**Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto do fundo.

Não há necessidade de notariação e consularização dos documentos.

- h. A Sociedade não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.
- i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.
- a) Os acionistas que representem os percentuais mínimos de participação societária estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da Instrução CVM 481/09 poderão solicitar a inclusão no boletim de voto a distância, respectivamente, de (i) candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; e/ou (ii) deliberações a serem submetidas para as assembleias gerais ordinárias da Sociedade (conjuntamente (i) e (ii) “Propostas”), observados o artigo 21.
- b) As Propostas devem ser enviadas, via correio, observados os prazos previstos no artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, para:
- Antonio José Ambrozano Neto
 - Diretor de Relações com Investidores
 - Alameda Santos, nº 466, 10 andar.
 - Cerqueira Cesar - São Paulo (SP)
 - CEP 01418 000
- c) Nos termos do item “a” acima, os acionistas que pretendam indicar candidatos para compor o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal deverão apresentar os comprovantes necessários de atendimento dos requisitos mínimos de elegibilidade aplicáveis ao cargo, conforme previsto na Lei

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

das Sociedades por Ações, no Regulamento Anexo II à Resolução do Conselho Monetário Nacional 4.122/12 e na Instrução CVM 367/02.

d) A Companhia informará o acionista, em até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação de inclusão de Proposta, mediante envio de e-mail para o endereço eletrônico do acionista indicado na Proposta enviada (artigo 21-N da Instrução CVM 481/09):

I – se a inclusão cumpre o disposto no artigo 21-N da Instrução CVM 481/09 e se a proposta ou os candidatos constarão do boletim de voto a distância a ser divulgado pela Sociedade; ou

II – os motivos pelos quais sua solicitação não cumpre o disposto na legislação, indicando os documentos faltantes e/ou as alterações necessárias à sua retificação.

j. A Sociedade não disponibiliza fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

- a) Em 2017 ocorreram 5 reuniões ordinárias e 10 reuniões extraordinárias, totalizando 15 reuniões.
- b) O Emissor não possui acordo de acionistas.
- c) As regras de identificação e administração de conflitos de interesses estão definidas no Código de Ética e Conduta do Emissor.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Não existe cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o Emissor por meio de arbitragem.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Antonio José Ambrozano Neto	30/10/1970	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	0
132.474.888-55	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	18/06/2018	Sim	0.00%
Não exerce.		Diretor de Relações com Investidores			
Rubens Bution	03/03/1961	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	0
012.626.258-66	Contador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	18/06/2018	Sim	0.00%
Membro de Comitê.					
Fabiano Siqueira de Oliveira	01/11/1976	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	0
206.299.018-99	Contador	19 - Outros Diretores	18/06/2018	Sim	0.00%
Membro de Comitê		Não há.			
Fábio Alberto Amorosino	10/06/1966	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	0
073.874.508-11	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	18/06/2018	Sim	0.00%
Membro de Comitê		Não há			
Pedro Elias Dabbur	03/03/1981	Pertence apenas à Diretoria	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na primeira RCA a ser realizado após a AGO de 2019.	0
219.645.118-52	Administrador de Empresa	19 - Outros Diretores	18/06/2018	Sim	0.00%
Não exerce.		Diretor			
Jose Antonio Rigobello	21/02/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
005.221.719-15	Economista	23 - Conselho de Administração (Suplente)	03/07/2017	Não	5.70%
Não exerce.					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Humberto Mourão de Carvalho	15/06/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
000.233.616-20	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/07/2017	Sim	46.30%
Não exerce.					
Luiz Alves Paes de Barros	22/09/1947	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
272.014.578-53	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/07/2017	Não	100.00%
Não exerce.					
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	25/12/1943	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
128.798.437-15	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/07/2017	Sim	98.40%
Membro de Comitê.					
Rubens Garcia Nunes	03/10/1923	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
001.140.066-87	Banqueiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	03/07/2017	Sim	0.00%
Não exerce.					
Waldyr de Campos Andrade	29/04/1931	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2017	Até a posse dos eleitos na AGO de 2020.	0
000.394.706-87	Advogado	23 - Conselho de Administração (Suplente)	03/07/2017	Sim	1.80%
Não exerce.					
Hugo Antônio de Campos Ferreira	11/03/1975	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	0
176.082.638-30	Administrador de Empresas	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	18/06/2018	Sim	0.00%
Não exerce.					
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	12/04/1937	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	0
080.501.128-53	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/06/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
Luiz Henrique Coelho da Rocha	06/09/1936	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	0

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
003.233.657-87	Engenheiro	47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	18/06/2018	Não	0.00%
Não exerce.					
Wilson Roberto Bodani Fellin	05/01/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	0
052.488.418-87	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	18/06/2018	Sim	1.50%
Não exerce.					
Ailton Carlos Canette	10/07/1949	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019.	0
287.580.728-53	Administrador de Empresas	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/06/2018	Sim	100.00%
Não exerce.					
Luiz Gonzaga Ramos Schubert	12/04/1937	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	0
080.501.128-53	Advogado	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	18/06/2018	Sim	100.00%
Rogério Rey Betti	06/01/1942	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	0
064.292.388-49	Consultor	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	18/06/2018	Não	0.00%
Rubens Barletta	10/08/1946	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	0
397.909.328-04	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	18/06/2018	Não	0.00%
Antonio Celso Amaral Sales	07/02/1952	Conselho Fiscal	19/04/2018	Até a posse dos eleitos na AGO de 2019	0
694.546.558-68	Advogado	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	18/06/2018	Não	0.00%
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Antonio José Ambrozano Neto - 132.474.888-55					

Exerceu o cargo de Diretor de Private Banking do Banco Alfa de Investimento S.A., tendo como atribuições dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente na área de Private Banking. No Santander Private Banking – Miami - FL, exerceu o cargo de Vice President e tinha como atribuições o gerenciamento e alocação de investimentos de clientes brasileiros no exterior. No Banco Santander Central Hispano – São Paulo, exerceu o cargo de Superintendente – Escritório de Representação Brasil, Private Banking, e tinha como atribuições traçar estratégias de divulgação e venda do segmento de private internacional junto às unidades do Banco Santander no Brasil.

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram

O Banco Alfa de Investimento S.A é uma instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

O Santander Private Banking – Miami – FL é uma unidade de Private Banking pertencente ao Grupo Santander. O Banco Santander Central Hispano – São Paulo era um escritório de representação (fechado em 2006) pertencente ao Grupo Santander.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

Diretor - Banco Alfa de Investimento S.A.

Vice-President - Santander Private Banking

Superintendente Comercial - Banco Santander Central Hispano – São Paulo

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Rubens Bution - 012.626.258-66

Exerce o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa S.A., da Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e da Financeira Alfa S.A. – CFI, tendo como principais atribuições cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, representar a Sociedade, ativa e passivamente, presidir as reuniões da Diretoria, dirigindo todos os negócios e operações da Sociedade, entre outras. Exerce o cargo de Diretor do Banco Alfa de Investimento S.A., tendo como atribuições dirigir os serviços e/ou agências do Banco; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais e desincumbir se das atribuições que lhe forem cometidas pela Diretoria e pelo Diretor Presidente. - 2000 a 02/2009 – exerceu o cargo de diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI e da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., tendo como principais responsabilidades gerir, administrar e controlar as operações de financiamento e leasing nos segmentos de atacado e varejo. Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Financeira. O Banco Alfa de Investimento S.A., a Financeira Alfa S.A. – CFI, a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e o Banco Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Financeira Alfa S.A. – CFI – Diretor Presidente Banco Alfa de Investimento S.A. – Diretor.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor Presidente declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

Formado em Economia e em Ciências Contábeis, com MBA em Finanças, possui mais de 20 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, auditoria e consultoria. Iniciou sua carreira na Deloitte Auditores Independentes, tendo ocupado o cargo de Gerente Sênior e ter sido responsável por auditorias e projetos de consultoria no Brasil e no exterior. De 2010 a 2013, trabalhou no Banco Caixa Geral Brasil, tendo ocupado o cargo de Controller. Desde 2013, exerce o cargo de Diretor do Conglomerado Financeiro Alfa, tendo como principais atribuições dirigir a Controladoria, sendo o responsável pelas demonstrações financeiras e políticas contábeis do Banco e controladas, além dos resultados e informações gerenciais e planejamento tributário. É ainda Diretor Presidente da Fundação Clemente de Faria.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Fábio Alberto Amoroso - 073.874.508-11

Em 03/2009 passou a ocupar o cargo de Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., sendo as suas principais atribuições: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais sob orientação do Conselho de Administração; Apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos aos pareceres do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; Cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais, assim como as resoluções das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria; Representar o Banco, ativa e passivamente; Dirigir e superintender todos os negócios e operações do Banco, entre outras. - A partir de 03/2009 também passou a ocupar o cargo de Diretor da Financeira Alfa S.A. – CFI, Banco Alfa S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. com as seguintes atribuições: dirigir os serviços e/ou dependências da Sociedade que lhe forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria. – De 03/2006 a 03/2009 - Diretor responsável pelos recursos de terceiros (Asset Management). Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram: Banco de Investimento. O Banco Alfa de Investimento S.A., o Banco Alfa S.A., a Financeira Alfa S.A. – CFI e a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas Diretor e Diretor Presidente - Banco Alfa de Investimento S.A. Diretor - Financeira Alfa S.A. – CFI. Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Diretor declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Pedro Elias Dabbur - 219.645.118-52

Formado em Administração de Empresas, com MBA em Gestão Empresarial, possui mais de 16 anos de experiência, atuando como um dos principais executivos do Conglomerado Financeiro ALFA, tanto no Atacado quanto no Varejo. Dentro dos quais, 6 anos de vivência na Financeira ALFA (varejo), sendo atualmente responsável por toda a operação comercial e crédito; Áreas de Crédito Consignado, Financiamento de Veículos, Consórcio, Crédito Pessoal para Pessoa Física e áreas de Floor Plan, Frotistas e operações comerciais para Pessoa Jurídica, ambas com abrangência nacional, e 10 anos de vivência no segmento de Banco Alfa de Investimento (atacado) nas áreas Corporate Banking e Produtos, sendo desde Junho de 2007 em posição de liderança. É membro efetivo do Comitê de Crédito do Conglomerado Financeiro ALFA (desde novembro de 2013).

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Jose Antonio Rigobello - 005.221.719-15

Conglomerado Financeiro Real/Alfa

De 1961 a 1998 exerceu as funções de Diretor Administrativo do Banco Real de Investimento, da Companhia Real de Investimento, da Companhia Real de Crédito Imobiliário e da Companhia Real de Arrendamento Mercantil.

De 1998 a 2007 exerceu as funções de Diretor Administrativo do Banco Alfa, do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa, da Alfa Arrendamento Mercantil e da Alfa Corretora.

De 2007 até atualmente exerce a função de Gerente Geral de Auditoria Interna das Empresas Financeiras do Conglomerado Financeiro Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Humberto Mourão de Carvalho - 000.233.616-20

No Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, no Delta National Bank & Trust Co. of New York e no Delta National Bank & Trust Co. of Florida exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e quaisquer outros atos; manifestar se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; escolher e destituir os auditores independentes, entre outras.

No Consórcio Alfa de Administração S.A. e na Alfa Holdings S.A. é membro suplente do Conselho de Administração.

Atividade principal da Sociedade na qual tais experiências ocorreram

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. – CFI são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa.

O Delta National Bank & Trust Co. of New York e o Delta National Bank & Trust Co. of Florida são instituições financeiras estrangeiras.

A Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

Banco Alfa de Investimento S.A. e Financeira Alfa S.A. – CFI - Membro Efetivo do Conselho de Administração

Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. - Membro Suplente do Conselho de Administração

Banco Real de Investimento S.A. e Banco Real S.A. - Diretor.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Alves Paes de Barros - 272.014.578-53

Nos últimos 5 (cinco) anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., Prin S.A., Semco Investimentos e Participações Ltda., Bahema S.A., Cremer S.A., Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações. Exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração no Banco Alfa de Investimento S.A., na Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração S.A., tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade. Na Prin S.A. exerce o cargo de Presidente, tendo como atribuições administrar isoladamente. Na Semco Investimentos e Participações Ltda. exerce o cargo de Diretor. Na Bahema S.A. exerce o cargo de Conselheiro de Administração. Na Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010, tendo como principais atribuições fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições. Na Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações exerceu o cargo de Conselheiro de Administração Independente no período de junho/2005 até maio /2009.

O Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são Sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras Sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Ocupa ou já ocupou cargos nas seguintes companhias de capital aberto: Banco Alfa de Investimento S.A. /Financeira Alfa S.A. – CFI./Consórcio Alfa de Administração S.A./ Alfa Holdings S.A./ Bahema S.A./ - Conselho de Administração. Prin S.A. – Presidente./ Cremer S.A. exerceu o cargo de Conselheiro de Administração até março 2010/ Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15

- 04/2009 até o presente - Presidente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI, Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A.

- 04/2005 a 03/2009 – Membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes Sociedades: Banco Alfa de Investimento S.A.; Financeira Alfa S.A. – CFI; Consórcio Alfa de Administração S.A. e Alfa Holdings S.A..

Funções: sugerir ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; preparar o relatório da administração à Assembléia Geral; preparar todos os elementos necessários à prática dos atos de competência do Conselho de Administração e manter o Conselho de Administração informado sobre a gestão dos Diretores.

- 08/1999 a 02/2009 – Diretor Presidente do Banco Alfa S.A..

- 11/1998 a 02/2009 – Diretor Presidente do Banco Alfa de Investimento S.A., da Financeira Alfa S.A. e da Alfa Arrendamento Mercantil S.A.

- 04/2008 até o presente – Diretor Presidente do Consórcio Alfa de Administração S.A. e da Alfa Holdings S.A.

Funções: estabelecer as normas de condução dos negócios sociais; preparar e apresentar o relatório e as demonstrações financeiras de cada exercício à Assembléia Geral; cumprir e fazer cumprir os estatutos sociais e as resoluções das Assembléias Gerais e da Diretoria, representar a Sociedade, ativa e passivamente, presidir as reuniões da Diretoria, dirigir e superintender todos os negócios e operações da Sociedade e presidir as reuniões da Diretoria.

Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram

Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras do Conglomerado Alfa.

Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são Sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras Sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas:

Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A.-CFI, Consórcio Alfa de Administração S.A. e Alfa Holdings S.A. - Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Banco Real S.A. – Diretor Presidente.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Rubens Garcia Nunes - 001.140.066-87

No Banco Alfa de Investimento S.A. e na Financeira Alfa S.A. – CFI exerce o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e membro suplente do Conselho de Administração, respectivamente, tendo como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, entre outras.

Na Alfa Holdings S.A. e no Consórcio Alfa de Administração exerce o cargo de Diretor Vice-Presidente, tendo como atribuições: dirigir os serviços que lhes forem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente e realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidas pela Diretoria.

Atividade principal da Sociedade na qual tais experiências ocorreram

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. – CFI são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa.

A Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. são Sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras Sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas

Banco Alfa de Investimento S.A. - Membro Efetivo do Conselho de Administração

Financeira Alfa S.A. – CFI - Membro Suplente do Conselho de Administração

Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A. - Diretor Vice-Presidente

Banco Real S.A. - Diretor Geral.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Waldyr de Campos Andrade - 000.394.706-87

Exerce o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A.

Exerce o cargo de membro Suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – CFI e Consórcio Alfa de Administração S.A., sendo que na vacância do membro efetivo suas principais atribuições estão elencadas acima.

O Banco Alfa de Investimento S.A., e a Financeira Alfa S.A. – CFI e a Alfa Arrendamento Mercantil S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Hugo Antônio de Campos Ferreira - 176.082.638-30

Nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: Martins & Sobrinhos Ltda., CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos); e Banco Alfa de Investimento S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor Financeiro na Martins & Sobrinhos Ltda., sendo responsável pelas áreas financeira, contabilidade e controladoria. Exerceu o cargo de Gestor de Portfolio na CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos) sendo responsável pela gestão de carteiras - clientes de alta renda. Exerceu o cargo de Diretor – Asset Management no Banco Alfa de Investimento S.A., sendo responsável pela direção da área de gestão de recursos de terceiros. A Martins & Sobrinhos Ltda. tem por atividade a Comercialização de Máquinas Agrícolas. A CFO Administração de Recursos Ltda. (GPS Investimentos) tem por atividade a Gestão de Recursos/Gestão de Patrimônio e o Banco Alfa de Investimento S.A. tem por atividade intermediação financeira e a gestão de recursos.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Gonzaga Ramos Schubert - 080.501.128-53

Luiz Gonzaga Ramos Schubert - 080.501.128-53

- Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI, bem como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A., da Alfa Holdings S.A e da Suzano Papel e Celulose S.A.. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento de seus deveres, opinar sobre as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, bem como sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral.

- Atua, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, escritório especializado em direito privado, com ênfase, em societário.

- 1973 a 2009 – atuou como sócio do escritório Advocacia Augusto Lima S/C, escritório especializado em direito privado, com ênfase, em societário.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa.

A Alfa Holdings S.A. e o Consórcio Alfa de Administração S.A. são sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras sociedades do Conglomerado, inclusive nas instituições financeiras acima nomeadas.

Os escritórios Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados e Advocacia Augusto Lima S/C são escritórios de advocacia e não pertencem a nenhum grupo econômico. Suzano Papel e Celulose S.A. atua na produção, beneficiamento e comercialização de celulose.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas:

Conselheiro Fiscal - Alfa Holdings S.A.; Consórcio Alfa de Administração S.A.; Financeira Alfa S.A. – CFI; Suzano Papel e Celulose S.A. e Banco Alfa de Investimento S.A.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Luiz Henrique Coelho da Rocha - 003.233.657-87

- Na Financeira Alfa S.A. – CFI e na Alfa Holdings S.A. é membro Suplente do Conselho Fiscal. No Consórcio Alfa de Administração S.A. é membro Efetivo do Conselho Fiscal. Suas principais atribuições como membro Efetivo do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, verificando o cumprimento de seus deveres, opinar sobre as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração, bem como sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral.

- 05/2006 até o presente – Sócio Gerente da Luque Engenharia Ltda., prestando serviços de consultoria.

- 04/2008 a 04/2010 – membro Efetivo do Conselho de Administração da Alfa Holdings S.A., participando das deliberações de competência deste Conselho, ao fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, entre outras.

- 04/2002 a 04/2006 – Superintendente Administrativo Financeiro do SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo, sendo responsável pela administração de pessoas, bem como pela área financeira.

A Financeira Alfa S.A. – CFI é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

A Alfa Holdings S.A. e o Consórcio Alfa de Administração S.A. são sociedades holdings do Conglomerado Alfa, que detêm participações em outras sociedades do Conglomerado, inclusive na instituição financeira acima nomeada.

A Luque Engenharia Ltda. tem por atividade principal realizar a análise, estudos e projetos relacionados à engenharia civil, não pertencendo a nenhum grupo econômico.

A SECONCI-SP - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo é instituição sem fins lucrativos, que tem por atividade principal prestar assistência médica, odontológica e social aos empregados da construção civil, não pertencendo a nenhum grupo econômico.

Cargos de administração que ocupa ou tenha ocupado em companhias abertas:

Conselheiro Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI., do Consórcio Alfa de Administração S.A., da Alfa Holdings S.A. e do Banco Real S.A.

Membro do Conselho de Administração - Alfa Holdings S.A.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Wilson Roberto Bodani Fellin - 052.488.418-87

Exerce cargo de membro Suplente do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI.

Atua como advogado, inclusive para aqueles antigos empregadores, como credenciado, com ênfase nas áreas Civil, Família, Comercial, inclusive consultoria/assessoria em transações imobiliárias. Atua em escritório próprio, que não pertence a qualquer grupo econômico.

A Financeira Alfa S.A. é instituição financeira pertencente ao Conglomerado Alfa.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Ailton Carlos Canette - 287.580.728-53

Exerceu nos últimos 5 anos, atividades profissionais no Banco Alfa de Investimento S.A.

Eleito em 04/2010 membro suplente do Conselho de Administração do Banco Alfa de Investimento S.A., e da Financeira Alfa S.A. – CFI, sendo que, caso ocorra a vacância do membro efetivo, sua função será participar das deliberações de competência do Conselho, sendo estas: fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; eleger e destituir os Diretores; fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, entre outras. Exerceu o cargo de Diretor de “Private Banking” do emissor até abril de 2010, tendo como atribuições: dirigir os serviços e/ou agências do Banco que lhe fossem designados pela Diretoria e pelo Diretor Presidente; realizar quaisquer operações atinentes aos fins sociais, nos limites e condições estabelecidos pela Diretoria.

O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A. são instituições financeiras pertencentes ao Conglomerado Alfa. Foi também Diretor do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Nos últimos 5 anos não sofreu qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

O Conselheiro declara-se não ser pessoa politicamente exposta.

Rogério Rey Betti - 064.292.388-49

Rogério Rey Betti, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (ii) Banco Alfa S.A.; (iii) Banco Alfa de Investimento S.A.; (iv) Alfa Arrendamento Mercantil S.A.; (v) Alfa Corretora de Câmbios e Valores Mobiliários S.A.; e (vi) Financeira Alfa S.A. CFI. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Consórcio Alfa de Administração S.A., sendo as suas principais atribuições: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - 2004 a 03/2009 -

Foi membro do Comitê de Auditoria do Banco Alfa S.A., do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Arrendamento Mercantil S.A., da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e da Alfa Financeira S.A. - CFI, desempenhando funções conforme determinam as Resoluções nº.3081/2003 e nº. 3170/2004 do Banco Central do Brasil. b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não houve. ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não houve. iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – Não houve.

Rubens Barletta - 397.909.328-04

Rubens Barletta, nos últimos 5 anos, desenvolveu atividades profissionais nas seguintes empresas: (i) Banco Alfa de Investimento S.A.; (ii) Alfa Holdings S.A.; (iii) Consórcio Alfa de Administração S.A.; (iv) Financeira Alfa S.A. – CFI; (v) Suzano Papel e Celulose S.A.; (vi) Advocacia Augusto Lima S/C; e (vii) Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados. - cargo e funções inerentes ao cargo: - Exerceu cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal da Financeira Alfa S.A. – CFI. Exerce cargo de membro Efetivo do Conselho Fiscal do Banco Alfa de Investimento S.A., da Alfa Holdings S.A. e da Suzano Papel e Celulose S.A., bem como de membro Suplente do Consórcio Alfa de Administração S.A. As suas principais atribuições como Conselheiro Fiscal são: (i) fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembleia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (v) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar. - Atua, desde junho de 2009, como sócio do escritório Barletta, Schubert e Luiz Sociedade de Advogados, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase, em Societário. - 1961 – 2008 – atuou como sócio do Escritório de Advocacia Augusto Lima S/C, Escritório Especializado em Direito Privado, com ênfase, em Societário. - descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. qualquer condenação criminal – Não sofreu ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não sofreu iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - Não sofreu

Antonio Celso Amaral Sales - 694.546.558-68

Antonio Celso Amaral Sales - Graduado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade São Paulo – USP, com especialização em direito empresarial. Especialização em direito empresarial - Pontifícia Universidade Católica – PUC. 1973/1976 – Pinheiro Neto – Advogados : trainee/advogado; 1976/1980 – Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA : advogado; 1980/1987 – Viação Aérea São Paulo S.A – VASP - Gerente Jurídico; Coordenador da Comissão Permanente de Licitação (3 anos); 1987/1990 – TAM – Transportes Aéreos Regionais S.A. : Assessor Jurídico da Presidência; membro do Conselho de Administração da coligada Brasil Central – Linhas Aéreas Regionais S.A. (companhia fechada); desde 1990 – Amaral Salles – Advogados (prestação de serviços para a TAM – Linhas Aéreas S.A. até 2006); - Salles, Franco de Campos e Bruschini – Advogados (consultor) - atual; 2001/2008 – Forest Ltda. – sócio fundador e administrador (incorporada por Geranium Ltda.) 2001/2010 – Geranium Ltda. – sócio fundador e administrador. Para os devidos fins, informa que: Não sofreu: i) qualquer condenação criminal; ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Clóvis de Matos Guedes	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	24/04/2014	Cinco anos, até a posse do membro a ser eleito na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	100.00%
001.527.142-00			07/06/1945	16/07/2014	1	
Não exerce.						
fernando Luiz Ramos Pompéia	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	23/04/2015	Cinco anos, até a posse do membro a ser eleito na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2020.	100.00%
608.543.168-68			01/05/1947	07/07/2015	2	
Não exerce.						
José Canuto da Cunha	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Consultor	24/04/2014	Cinco anos, até a posse do membro a ser eleito na primeira RCA que se realizar após a AGO de 2019.	100.00%
031.811.466-68			23/06/1948	16/07/2014	1	
Não exerce.						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	28/04/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.	100.00%
128.798.437-15			25/12/1943	03/05/2017	2	
Presidente do Conselho de Administração						
Renata Canalle Marcus	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogada	28/04/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.	100.00%
191.331.558-44			20/04/1972	03/05/2017	2	
Não exerce.						

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Valter dos Santos	Comitê de Remuneração	Membro do Comitê (Efetivo)	Bancário	28/04/2017	Até a posse dos eleitos na RCA que se realizar após a AGO de 2022.	100.00%
805.308.778-72			30/11/1955	03/05/2017	2	
Gerente Geral de Recursos Humanos						
Adilson Augusto Martins Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	04/06/2012	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	15.40%
289.905.088-51	Comitê de Crédito		29/07/1979		5	
Membro de Comitê						
André Luis Perez	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	28/08/2001	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
113.119.768-25	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		11/09/1970		16	
Membro de Comitê						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	01/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
269.855.436-34	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		06/05/1957		9	
Membro de Comitê						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	01/01/2008	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
269.855.436-34	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		06/05/1957		9	
Membro de Comitê						

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Antonio Cesar Santos Costa	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	31/03/2004	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	82.00%
269.855.436-34	Comitê de Crédito		06/05/1957		13	
Membro de Comitê						
Beny Fiterman	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	07/03/2010	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
128.861.438-12	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		17/06/1970		7	
Membro de Comitê						
Beny Fiterman	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro	01/01/2010	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
128.861.438-12	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		17/06/1970		7	
Membro de Comitê						
Fabiano Siqueira de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	01/10/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
206.299.018-99	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		01/11/1976		4	
Diretor						
Fabiano Siqueira de Oliveira	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	01/10/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
206.299.018-99	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		01/11/1976		4	

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Diretor						
Fábio Alberto Amorosino	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	01/01/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
073.874.508-11	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		10/06/1966		8	
Diretor						
Fernando Leonardo Pessoa Spinetti	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	22/05/2006	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	67.80%
628.310.037-68	Comitê de Crédito		31/01/1959		11	
Membro de Comitê						
Hafiz Gualda Farah	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Estatístico	02/08/2016	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	74.80%
107.863.078-03	Comitê de Crédito		23/11/1969		1	
Membro de Comitê.						
Juscelino Silvio Florido	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Bacharel em Direito	01/01/2010	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
018.696.908-26	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		08/09/1960		7	
Membro de Comitê						
Juscelino Silvio Florido	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Bacharel em Direito	02/08/2017	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional.	100.00%
018.696.908-26	Comitê de Crédito		08/09/1960		1	

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Pedro Elias Dabbur	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	13/11/2013	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	7.90%
219.645.118-52	Comitê de Crédito		03/03/1981		4	
Membro de Comitê						
Rubens Bution	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	01/01/2009	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
012.626.258-66	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		03/03/1961		8	
Diretor Presidente						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	14/01/2015	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	85.50%
169.388.548-40	Comitê de Crédito		18/08/1972		2	
Membro de Comitê						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
169.388.548-40	Comitê de Gestão de Risco de Mercado		18/08/1972		10	
Membro de Comitê						
Sidnei Helfstein Junior	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	02/07/2007	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	100.00%
169.388.548-40	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		18/08/1972		10	
Membro de Comitê						

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data posse	Número de Mandatos Consecutivos	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Silvio Breda Guizelini	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de Empresas	01/01/2001	Não aplicável, pois a constituição deste Comitê é uma decisão institucional	83.30%
956.130.488-00	Comitê Operacional de Gestão de Riscos		01/05/1957		16	
Membro de Comitê						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Clóvis de Matos Guedes - 001.527.142-00						
fernando Luiz Ramos Pompéia - 608.543.168-68						
José Canuto da Cunha - 031.811.466-68						
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - 128.798.437-15						
Renata Canalle Marcus - 191.331.558-44						
Valter dos Santos - 805.308.778-72						
Adilson Augusto Martins Junior - 289.905.088-51						
André Luis Perez - 113.119.768-25						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						
Antonio Cesar Santos Costa - 269.855.436-34						

Beny Fiterman - 128.861.438-12

Beny Fiterman - 128.861.438-12

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

Fabiano Siqueira de Oliveira - 206.299.018-99

Fábio Alberto Amorosino - 073.874.508-11

Fernando Leonardo Pessoa Spinetti - 628.310.037-68

Hafiz Gualda Farah - 107.863.078-03

Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

Juscelino Silvio Florido - 018.696.908-26

Pedro Elias Dabbur - 219.645.118-52

Rubens Bution - 012.626.258-66

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

Sidnei Helfstein Junior - 169.388.548-40

Silvio Breda Guizelini - 956.130.488-00

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau entre (a) administradores do Emissor, (b) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Emissor, (c) (i) administradores do Emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Emissor ou (d) (i) administradores do Emissor e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do Emissor.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2017Administrador do Emissor

Antonio Celso Amaral Sales

694.546.558-68

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Antonio Celso Amaral Sales

694.546.558-68

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Membro efetivo do Conselho Fiscal

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Humberto Mourão de Carvalho

000.233.616-20

Subordinação

Controlador Direto

Membro efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho Membro efetivo do Conselho de Administração	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros Membro efetivo do Conselho de Administração	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda.	02.809.488/0001-28		
Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rogério Rey Betti	064.292.388-49	Subordinação	Controlador Direto
Membro efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal Observação Não há.	17.193.806/0001-46		
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Barletta Membro suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente do Conselho Fiscal Observação Não há.	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Barletta Membro suplente do Conselho Fiscal Pessoa Relacionada Alfa Holdings S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal Observação Não há.	397.909.328-04	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
Administrador do Emissor Rubens Garcia Nunes Membro suplente do Conselho de Administração Pessoa Relacionada Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor Presidente	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
<hr/>			
	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Rubens Garcia Nunes

001.140.066-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Diretor Presidente

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Waldyr de Campos Andrade

000.394.706-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Consórcio Alfa de Administração S.A.

17.193.806/0001-46

Membro suplente do Conselho de Administração

Observação

Não há.

Administrador do Emissor

Waldyr de Campos Andrade

000.394.706-87

Subordinação

Controlador Direto

Membro suplente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Alfa Holdings S.A.

Membro efetivo do Conselho de Administração

Observação

Não há.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Wilson Roberto Bodani Fellin Membro suplente do Conselho Fiscal	052.488.418-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ailton Carlos Canette Membro efetivo Conselho Fiscal	287.580.728-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert Membro efetivo Conselho Fiscal	080.501.128-53	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro suplente Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro efetivo Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Henrique Coelho da Rocha	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro suplente Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2016			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ailton Carlos Canette	287.580.728-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alfa Holdings S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert Membro Efetivo do Conselho Fiscal	080.501.128-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
Observação			
Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	17.193.806/0001-46		
Observação			
Não há.			
<hr/>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente	02.809.488/0001-28		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes Membro Suplente do Conselho de Administração	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor Vice Presidente	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Diretor Vice Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

Exercício Social 31/12/2015**Administrador do Emissor**

Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
-----------------------------	----------------	--------------	--------------------

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Humberto Mourão de Carvalho	000.233.616-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Luiz Alves Paes de Barros	272.014.578-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Alfa Holdings S.A. Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Henrique Coelho da Rocha Membro Suplente do Conselho Fiscal	003.233.657-87	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Alfa Holdings S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u> Não há.			
<hr/>			
Administrador do Emissor			
Luiz Gonzaga Ramos Schubert Membro Efetivo do Conselho Fiscal	080.501.128-53	Subordinação	Controlador Direto
Pessoa Relacionada			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Caio Ferraz de Sampaio Membro Efetivo do Conselho Fiscal	694.546.208-00	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente	17.193.806/0001-46		
<u>Observação</u>			
Não há.			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A. Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro Presidente do Conselho de Administração	128.798.437-15	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corumbal Participações e Administração Ltda. Diretor Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes Membro Efetivo do Conselho de Administração	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A. Diretor Vice Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Rubens Garcia Nunes	001.140.066-87	Subordinação	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Diretor Vice Presidente			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Consórcio Alfa de Administração S.A.	17.193.806/0001-46		
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Waldyr de Campos Andrade	000.394.706-87	Subordinação	Controlador Direto
Membro Suplente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Alfa Holdings S.A.			
Membro Efetivo do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Não há.			

<u>Administrador do Emissor</u>			
Ailton Carlos Canette	287.580.728-53	Subordinação	Controlador Direto
Membro Efetivo do Conselho Fiscal			
<u>Pessoa Relacionada</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Consórcio Alfa de Administração S.A. Membro Suplente do Conselho Fiscal	17.193.806/0001-46		

Observação

Não há.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Não existem disposição ou acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes a serem fornecidas.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) Objetivos da política ou prática da remuneração.

A política de remuneração dos Administradores tem por objetivo remunerá-los adequadamente em suas funções, e estimular a segurança e o conservadorismo na busca pela boa qualidade dos resultados, tanto na concessão de crédito quanto na assunção de outros riscos, de forma a proteger o investimento dos acionistas e propiciar-lhes um retorno adequado ao perfil dos negócios da Sociedade.

b) i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

A partir do exercício de 2012, a remuneração total anual dos Administradores deixou de ter parcela variável, passando a ser composta exclusivamente por honorários fixos, pagos em 13 parcelas, sendo 12 mensais e uma anual complementar, expressa como múltiplo das mesmas parcelas mensais, conforme a seguir: (i) 12 parcelas mensais, de valor certo e determinado, compatível com as responsabilidades diárias e rotineiras dos Administradores, que o Conselho de Administração (ou a Diretoria) considere justo e adequado, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias, e (ii) uma parcela anual complementar, também de valor certo e determinado, de valor equivalente a um múltiplo da parcela mensal de remuneração, a ser paga até o último dia útil do mês de maio de cada ano. O Conselho de Administração deve deliberar sobre o valor da parcela anual, definindo o múltiplo que a determinará. Esta parcela representará até 50% da remuneração total anual.

Desde 2013, o Comitê de Remuneração, órgão estatutário, instalado, em 2012, proporá ao Conselho de Administração a verba global para remuneração dos administradores a ser submetida à Assembleia Geral da Sociedade.

b) ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração final.

A remuneração dos Administradores passou a ser composta somente por honorários fixos, pagos em parcelas determinadas pelo Conselho de Administração, com base em verba global máxima aprovada prévia e anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, sem parcela variável.

A remuneração mensal dos membros efetivos do Conselho Fiscal é composta em 100% por honorários, e vem sendo aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária no valor equivalente ao mínimo estipulado em lei. Quanto aos membros suplentes do Conselho Fiscal, sua remuneração também é de 100% a título de honorários, porém em valor fixo explicitado e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, paga semestralmente, é composta em 100% por honorários fixos, em valor aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

b) iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral Ordinária apenas a verba global máxima para o pagamento de remuneração fixa aos Administradores, em 13 (treze) parcelas, conforme definido no item b)i. Além desta verba, o Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral Ordinária valores (ou critérios para sua apuração) e periodicidade de pagamento de honorários a serem pagos aos membros do Conselho Fiscal.

Na elaboração de tais propostas, o Conselho de Administração deve procurar um valor compatível com vários aspectos a serem considerados, entre os quais:

- (i) o porte e a situação econômico-financeira das Instituições integrantes do Conglomerado, bem como com os fundamentos que nortearam a série de verbas anuais aprovadas anteriormente pela Assembleia Geral;

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

- (ii) o ambiente político e econômico dos mercados onde opera o Conglomerado, procurando antever e aproveitar oportunidades de resultados, bem como identificar riscos a serem evitados;
- (iii) aspectos da Administração como um todo, como a percepção de empenho, a dedicação e competência no desempenho conjunto dos Administradores, e as remunerações a Administradores praticadas por Instituições Financeiras concorrentes, de porte e filosofia semelhantes;
- (iv) os lucros apurados pelo Conglomerado no exercício anterior, e a tendência para os negócios e resultados nos exercícios subsequentes;
- (v) a variação do Patrimônio Líquido final consolidado do exercício, após impostos e dividendos/JCP, comparada com o IPCA no mesmo período, refletindo dessa forma o desempenho positivo do conjunto das Instituições do Conglomerado; e
- (vi) fatos excepcionais, positivos ou negativos, com consequências de curto ou longo prazo, também poderão ser considerados nesta proposta.

b) iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

A opção pelo pagamento exclusivamente de honorários fixos, com eliminação de qualquer parcela variável, tem como pano de fundo a adequação à Resolução n.º 3.921/10, do Banco Central do Brasil, que melhor reflete a política da Sociedade de buscar maior segurança nas operações, não estimulando seus Administradores à assunção de riscos indesejáveis ou à antecipação indevida de lucros futuros.

b) v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Não existem Administradores não remunerados pelo emissor.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

Desde 2013, o Conselho de Administração analisará a verbas para a remuneração dos Administradores, a partir da proposta elaborada pelo Comitê de Remuneração.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A estruturação da remuneração dos Administradores do emissor, privilegiando a remuneração fixa, é a que melhor se identifica com a filosofia e se adéqua aos interesses do emissor e de seus acionistas. Não estimula a tomada de potenciais riscos em operações que prejudiquem a qualidade dos ativos do emissor, que teria efeitos prejudiciais no longo prazo, e potencializa o espírito de equipe e o investimento na carreira na Sociedade. A remuneração alinha-se, portanto, ao conservadorismo, à segurança e ao fortalecimento do vínculo entre administrador e instituição, típicos da administração do Conglomerado Alfa.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A Sociedade é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, assim reconhecida e supervisionada pelo Banco Central do Brasil. A maioria dos Administradores da Sociedade somente recebe sua remuneração de instituições integrantes de seu Conglomerado, de acordo com o exercício de cargos para os quais foram nelas eleitos. Alguns poucos Administradores exercem igualmente cargos em outras empresas sob o mesmo controle acionário, embora não integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, e nestes casos também recebem remuneração destas outras empresas.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

h) i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Os órgãos do emissor que participam do processo decisório em questão são o Comitê de Remuneração e o Conselho de Administração.

O Comitê de Remuneração elabora a proposta da verba máxima mensal para pagamento dos administradores do emissor, que é levada à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Após a verba ser devidamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração a distribui entre seus membros e os membros da Diretoria.

h) ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A análise individual dos Administradores (entre outros fatores) é levada em consideração apenas na determinação do valor da parcela mensal de seus honorários fixos, determinada anualmente pelo Conselho de Administração, não havendo pagamento de remuneração variável. A parcela anual complementar é definida pelo Conselho de Administração com base na performance conjunta dos Administradores e nas perspectivas da Sociedade.

A remuneração é estruturada da seguinte forma: i) parcelas mensais de honorários que remuneram os Administradores de maneira certa e determinada, em montante compatível com suas responsabilidades diárias e rotineiras, em valores que o Conselho de Administração considere justos e adequados, a partir da proposta de remuneração elaborada pelo Comitê de Remuneração, com base no comprometimento, na capacidade pessoal e nas circunstâncias e ii) parcela anual complementar de honorários, que remunera os Administradores por seu

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

desempenho conjunto, considerado pelo Conselho de Administração ao determinar o fator único multiplicador das parcelas mensais, conforme item b.i).

h) iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da Política de Remuneração do emissor, por meio da análise do Relatório Anual de Atividades do Comitê de Remuneração do Conglomerado Financeiro Alfa, e da revisão anual da “Política de Remuneração dos Administradores do Conglomerado Financeiro Alfa” proposta pelo Comitê de Remuneração.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2018 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	6,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	6,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.935.873,00	6.983.155,00	592.151,00	10.511.179,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	660.571,00	1.571.209,00	133.235,00	2.365.015,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$660.571,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.935.873,00.	O valor de R\$1.571.209,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.983.155,00.	O valor de R\$133.235,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$592.151,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.596.444,00	8.554.364,00	725.386,00	12.876.193,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	6,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	6,00	14,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.750.232,00	6.541.597,00	554.708,00	9.846.537,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	618.802,00	1.471.859,00	124.810,00	2.215.471,00

Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$618.802,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.750.232,00.	O valor de R\$1.471.859,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$6.541.597,00.	O valor de R\$124.810,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$554.708,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	3.369.034,00	8.013.456,00	679.518,00	12.062.008,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	5,00	6,00	14,00
Nº de membros remunerados	3,00	4,25	6,00	13,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.746.758,00	6.361.739,00	480.046,00	9.588.543,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	618.021,00	1.431.391,00	108.011,00	2.157.423,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$ 618.021,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 2.746.758,00	O valor de R\$ 1.431.391,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 6.361.739,00.	O valor de R\$ 108.011,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 480.046,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Não há.	Não há.	A remuneração acima mencionada tem a seguinte distribuição: Três Conselheiros Fiscais Efetivos R\$ 426.146,00 e três Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 53.900,00.	
Total da remuneração	3.364.779,00	7.793.130,00	588.057,00	11.745.966,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	4,00	6,00	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.811.919,00	5.855.317,00	434.277,00	9.101.513,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	632.682,00	1.317.446,00	97.712,00	2.047.840,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor de R\$ 632.682,00 refer-se a contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$2.811.919,00	O valor de R\$ 1.317.446,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% incidente sobre a remuneração de R\$ 5.855.317,00.	O valor de R\$ 97.712,00 refere-se à contribuição previdenciária de 22,5% sobre a remuneração de R\$ 434.277,00.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Não há.	Não há.	A remuneração acima tem a seguinte composição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$ 370.677,00 e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 63.600,00.	
Total da remuneração	3.444.601,00	7.172.763,00	531.989,00	11.149.353,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Nos exercícios sociais encerrados em 2015, 2016 e 2017 não ocorreram pagamentos a título de remuneração variável ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal do Emissor.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há plano de remuneração baseado em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não existem opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária ao final do último exercício social.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não há opções exercidas nem ações entregues.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não há informações para este item, visto que inexistem informações para os itens 13.5 a 13.7.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de Ações de emissão da Sociedade, seus controladores diretos ou indiretos, sociedade controladas ou sob controle comum, detidas pela Administração em 31.12.2017.

Órgão	FASA	BAI	CAA	AHO
Conselho de Administração	17.376.293	11.186.458	17.758.060	14.202.219
Diretoria	200	200	20	20
Conselho Fiscal	50	50	50	51

Emissores: **BAI - Banco Alfa de Investimento S.A.**
 FASA - Financeira Alfa S.A – CFI
 CAA - Consórcio Alfa de Administração S.A.
 AHO - Alfa Holdings S.A.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Nº de membros	4,00	5,00	4,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,25	4,00	3,00	3,00	3,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.192.808,00	3.790.100,00	3.410.103,00	1.743.472,00	1.791.558,00	1.910.707,00	187.540,00	144.769,00	123.559,00
Valor da menor remuneração(Reais)	418.191,00	292.732,00	39.840,00	490.175,00	465.072,00	437.702,00	56.142,00	22.400,00	21.200,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.635.399,00	1.496.880,00	1.463.829,00	916.744,00	915.586,00	937.306,00	187.558,00	83.584,50	72.379,50

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2017	Não há.
31/12/2016	Não há.
31/12/2015	Não há.

Conselho de Administração	
31/12/2017	Não há.
31/12/2016	Não há.
31/12/2015	Não há.

Conselho Fiscal	
31/12/2017	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$163.540,00 cada e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 24.000,00 cada.
31/12/2016	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$ 144.769,00 cada e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 22.400,00 cada.
31/12/2015	A remuneração acima tem a seguinte distribuição: 3 Conselheiros Fiscais Efetivos R\$ 123.559,00 cada e 3 Conselheiros Fiscais Suplentes R\$ 21.200,00 cada.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição de cargo, ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Conselho de Administração – As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2015 2016 e 2017 são respectivamente: 100%, 100% e 100%.

Conselho Fiscal - As porcentagens da remuneração total referente a partes relacionadas nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 são respectivamente: 61,78%, 64,98% e 85,53%.

Diretoria – Não há remuneração referente a partes relacionadas na Diretoria.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos exercícios de 2015, 2016 e 2017 não houve pagamento aos membros do Conselho de Administração a título de serviços de assessoria.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2015

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	1.975.276			
Empresas controladoras	1.695.976			
Total	3.671.252			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	6.885.014			
Empresas controladoras				
Total	6.885.014			
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	253.906			
Empresas controladoras	85.424			
Total	339.330			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2016

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	1.962.337			
Empresas controladoras	2.347.317			
Total	4.309.654			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	8.305.540	35.700		
Empresas controladoras				
Total	8.305.540	35.700		
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	263.993			
Empresas controladoras	149.560			
Total	413.553			

Valores em Reais referentes ao exercício social de 2017

Órgão	Honorários	Part. lucros	Salários	Prestação de Serviços
Conselho de Administração				
Empresas sob controle comum	1.985.829			
Empresas controladoras	2.311.112			
Total	4.296.941			
Diretoria				
Empresas sob controle comum	9.034.258	36.600		
Empresas controladoras				
Total	9.034.258	36.600		
Conselho Fiscal				
Empresas sob controle comum	192.465			
Empresas controladoras	227.617			
Total	420.082			

13.16 - Outras informações relevantes

Não há informações adicionais que o Emissor julgue relevantes além das já descritas.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

2017

São 670 empregados assim distribuídos: 5 advogados, 34 Analistas, 35 Assistentes, 41 Auxiliares Administrativos, 125 Gerentes, 347 Operadores, 02 Superintendentes e 81 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Bahia (18), Brasília (67), Ceará (0), Espírito Santo (6), Goiás (27) Mato Grosso do Sul (7), Minas Gerais (21), Paraná (69), Pernambuco (33), Rio de Janeiro (45), Rio Grande do Sul (25), Santa Catarina (15) e São Paulo (337).

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 20,12%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas: O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido às medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas. Quando detectadas, estas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e quando há probabilidade de perda é provisionada.

2016

São 637 empregados assim distribuídos: 4 advogados, 42 Analistas, 33 Assistentes, 48 Auxiliares Administrativos, 130 Gerentes, 301 Operadores, 02 Superintendentes e 77 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Bahia (15), Brasília (68), Ceará (0), Espírito Santo (6), Goiás (25) Mato Grosso do Sul (5), Minas Gerais (25), Paraná (64), Pernambuco (32), Rio de Janeiro (38), Rio Grande do Sul (24), Santa Catarina (18) e São Paulo (317).

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 19,79%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas: O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido às medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas. Quando detectadas, estas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e quando há probabilidade de perda é provisionada.

2015

São 686 empregados assim distribuídos: 6 advogados, 43 Analistas, 28 Assistentes, 37 Auxiliares Administrativos, 139 Gerentes, 337 Operadores, 02 Superintendentes e 94 demais cargos.

Geograficamente os empregados estão assim distribuídos: Bahia (18), Brasília (72), Ceará (11), Espírito Santo (9), Goiás (28) Mato Grosso do Sul (7), Minas Gerais (31), Paraná (77), Pernambuco (39), Rio de Janeiro (42), Rio Grande do Sul (27), Santa Catarina (19) e São Paulo (306).

14.1 - Descrição dos recursos humanos

O Emissor não possui terceirizados.

O índice de rotatividade: 22%

Exposição a passivos e contingências trabalhistas: O Emissor tem como política a constante preocupação com o cumprimento da legislação, procurando manter-se atualizado. Agindo pró-ativamente, extrai dos litígios aos quais é submetido às medidas preventivas e corretivas que podem vir a eliminar causas. Quando detectadas, estas causas são objeto de análise e recomendações específicas, de forma a implementar, quando possível, ajustes ou novas estratégias de contenção de passivo. Em razão dessa política, a contingência trabalhista é combatida e reduzida, e quando há probabilidade de perda é provisionada.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não ocorreram alterações relevantes nos números mencionados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A remuneração fixa é aquela definida por contrato e representada pelo salário base de uma pessoa. É o que se paga para um determinado cargo na estrutura organizacional, levando em consideração requisitos para a ocupação dos cargos. Na remuneração variável o funcionário elegível é remunerado em função do cumprimento de metas estabelecidas preliminarmente pela alta direção da empresa, alcançadas de forma integral ou parcial pelos envolvidos, respeitando-se um limite mínimo estabelecidos nos planos de Remuneração Variável existentes para cada área/segmento de negócio, com definições claras e objetivas dos critérios a serem seguidos/observados.

O emissor possui a seguinte política de benefícios:

Plano de Saúde

Este é um benefício que visa proporcionar aos funcionários e dependentes assistência médica através de uma apólice de seguro saúde que possibilita todo atendimento médico de consultas, exames e internações, sem carência e sem limite de utilização.

Empresa Cidadã

Adesão ao Programa Empresas Cidadã que possibilita a extensão do período de licença maternidade por mais 60 dias, para as funcionárias que manifestarem interesse dentro do prazo e condições estabelecidas.

Vale Refeição/Alimentação

Benefício oferecido aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva da categoria a que pertencem.

Vale Cultura

Benefício oferecido aos funcionários de acordo com o que determina a Convenção Coletiva das categorias dos Bancários.

Treinamento: Cursos de pequena duração (com duração de até 120 dias ou 100h), seminários, palestras, simpósios, etc.

Curso Especial: Reembolso parcial para qualquer curso que venha complementar o currículo profissional na área em que o funcionário atue.

Bolsas de Estudo para Funcionários: Esse é um benefício que visa proporcionar aos funcionários uma ajuda no pagamento de seus estudos superiores (Pós Graduação e MBA).

Assistência Social: Doações em casos de necessidades graves, que tornem improvável que o funcionário possa pagar as despesas (doenças graves, desastres, etc).

Lazer Cultural: Premiação de funcionários com destaque. Ingressos de teatros, shows, circos, museus, zoológicos, espetáculos e cinemas.

Lazer Esportivo: Subsídio para atividades esportivas de funcionários: aluguel de quadras e uniformes esportivos, passeios a parques, campeonatos internos, etc.

Convênios com faculdades, escolas de idiomas, lazer, cinemas, consultórios de odontologia, ópticas, restaurantes e farmácias.

Não há plano de remuneração baseado em ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A relação que o emissor possui com os sindicatos se desenvolve no contexto de cordialidade e respeito, não havendo nenhum fato relevante que mereça destaque.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes de Recursos Humanos além das anteriormente descritas.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
975	0,001000%	825	0,001000%	1.800	0,001000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	825	0,001862%				
TOTAL	825	0,001861%				
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações						
05.775.774/0001-08	Brasileira-SP	Não	Não	28/03/2016		
Não						
1.100.600	1,874000%	15.846.980	35,848000%	16.947.580	16,463000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Mario Slerca Junior						
007.592.017-49	Brasileira-SP	Não	Não	30/04/2016		
Não						
930.100	1,584000%	3.174.100	7,180000%	4.104.200	3,987000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
575	0,001000%	500	0,001000%	1.075	0,001000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	500	0,001128%				
TOTAL	500	0,001128%				
Alfa Holdings S.A.						
	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
17.380.600	29,590000%	11.277	0,026000%	17.391.877	16,895000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	11.277	0,025445%				
TOTAL	11.277	0,025445%				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
17.359.400	29,555000%	10.873	0,025000%	17.370.273	16,874000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	10.873	0,024533%				
TOTAL	10.873	0,024533%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Corumbal Participações e Administração Ltda.						
02.809.488/0001-28	Brasileira-SP	Não	Sim	09/03/2017		
Não						
16.776.729	28,563000%	9.197.194	20,805000%	25.973.923	25,231000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	9.197.194	20,752172%				
TOTAL	9.197.194	20,752172%				
OUTROS						
5.163.590	8,791000%	15.964.538	36,114000%	21.128.128	20,524000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Preferencial Classe A	15.964.538	36,114000%				
TOTAL	15.964.538	36,113727%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
23.700	0,041000%	0	0,000000%	23.700	0,024000%	
TOTAL						
58.736.269	100,000000%	44.206.287	100,000000%	102.942.556	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88	
Aloysio de Andrade Faria					
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010	
Não					
199.996.280	99,998000	0	0,000000	199.996.280	99,998000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3.726	0,002000	0	0,000000	3.726	0,002000
TOTAL					
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Alaska Poland Fundo de Investimento em Ações				05.775.774/0001-08	
Luiz Alves Paes de Barros					
272.014.578-53		Não	Não		
Não					
73.063.299	71,561000	0	0,000000	73.063.299	71,561000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
29.035.499	28,438000	0	0,000000	29.035.499	28,438000
TOTAL					
102.098.798	100,000000	0	0,000000	102.098.798	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Alfa Holdings S.A.						
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	25/04/2017		
Não						
41.031.698	89,176000	8.399.919	21,722000	49.431.617	58,373000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	19/12/1959		
Não						
5	0,001000	0	0,000000	5	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4.979.934	10,823000	30.270.718	78,278000	35.250.652	41,626000	
TOTAL						
46.011.637	100,000000	38.670.637	100,000000	84.682.274	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
34.350.260	85,037000	6.219.779	18,705000	40.570.039	55,088000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
5	0,001000	0	0,000000	5	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
6.044.672	14,962000	27.031.677	81,295000	33.076.349	44,911000	
TOTAL						
40.394.937	100,000000	33.251.456	100,000000	73.646.393	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Corumbal Participações e Administração Ltda.				02.809.488/0001-28		
Administradora Fortaleza Ltda						
17.167.396/0001-69	Brasileira-SP	Não	Sim	29/12/2016		
Não						
58.386.296	42,825000	0	0,000000	58.386.296	42,825000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Consórcio Alfa de Administração S.A.						
17.193.806/0001-46	Brasileira-SP	Não	Sim	29/12/2016		
Não						
77.949.364	57,175000	0	0,000000	77.949.364	57,175000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
136.335.660	100,000000	0	0,000000	136.335.660	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda				17.167.396/0001-69		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	25/04/2017		
Não						
41.031.698	89,176000	8.220.632	21,259000	49.252.330	58,161000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	23/04/2015		
Não						
5	0,001000	0	0,000000	5	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
4.979.929	10,823000	30.450.005	78,741000	35.429.934	41,838000	
TOTAL						
46.011.632	100,000000	38.670.637	100,000000	84.682.269	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.280	99,998000	0	0,000000	199.996.280	99,998000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
3.726	0,002000	0	0,000000	3.726	0,002000	
TOTAL						
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.280	99,998000	0	0,000000	199.996.280	99,998000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
3.726	0,002000	0	0,000000	3.726	0,002000	
TOTAL						
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Consórcio Alfa de Administração S.A.				17.193.806/0001-46		
Administradora Fortaleza Ltda.						
17.167.321/0001-88	Brasileira-SP	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
34.316.234	84,951000	6.161.475	18,530000	40.477.709	54,962000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	20/04/2016		
Não						
5	0,001000	0	0,000000	5	0,001000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
6.078.693	15,048000	27.089.981	81,470000	33.168.674	45,037000	
TOTAL						
40.394.932	100,000000	33.251.456	100,000000	73.646.388	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.280	99,998000	0	0,000000	199.996.280	99,998000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
3.726	0,002000	0	0,000000	3.726	0,002000	
TOTAL						
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Administradora Fortaleza Ltda.				17.167.321/0001-88		
Aloysio de Andrade Faria						
001.156.577-20	Brasileira-MG	Não	Sim	21/06/2010		
Não						
199.996.280	99,998000	0	0,000000	199.996.280	99,998000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
3.726	0,002000	0	0,000000	3.726	0,002000	
TOTAL						
200.000.006	100,000000	0	0,000000	200.000.006	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	19/04/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3.094
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	464
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	10

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	6.093.690	10,374663%
Quantidade preferenciais (Unidades)	19.138.638	43,293928%
Preferencial Classe A	19.138.638	43,293928%
Total	25.232.328	24,511076%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

O organograma não está inserido.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não existe acordo de acionistas arquivado na sede do Emissor.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes nas participações dos demais membros do grupo de controle e administradores do Emissor nos anos 2015, 2016 e 2017.

15.7 - Principais operações societárias

Não ocorreram operações societárias relevantes no grupo que tenham tido efeito para o Emissor nos anos 2015, 2016 e 2017.

15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que o Emissor julgue relevantes.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos às empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas (pessoas jurídicas sob controle comum). Apenas são realizadas com essas empresas operações em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, a taxas e valores médios praticados com terceiros.

A remuneração do pessoal chave da administração, conselheiros e diretores, é estabelecida em assembleia geral de acionistas, conforme previsão estatutária. Os conselheiros e diretores são proibidos de receber do emissor quaisquer outras remunerações além daquelas fixadas pela assembleia geral de acionistas, pelo exercício de seus cargos. Não existem para os conselheiros e diretores benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo ou benefícios pelo término do exercício do cargo.

Conforme legislação em vigor, o emissor não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para conselheiros e diretores, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos e adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Alfa S.A.	31/12/2017	393.582.060,76	R\$ 393.582.060,76	R\$ 393.582.060,76	Ativos financeiros adquiridos no ano de 2017, com taxa de juros em torno de 2% com vencimento até 25/10/2027.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aquisição de ativos financeiros						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2017	1.322.647,00	R\$ 1.322.647,00	R\$ 1.322.647,00	Não há.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Saldo em conta corrente						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Impossibilidade de saque.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Alfa de Investimento S.A.	01/12/2016	720.075.304,59	R\$ 720.075.304,59	R\$ 720.075.304,59	Aplicações de recursos efetuadas entre 01/12/2017 e 30/12/2017, indexadas com base em 100% do CDI, com vencimento até 23/11/2020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aplicação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	01/12/2017	825.824.277,76	R\$ 825.824.277,76	R\$ 825.824.277,76	Captações efetuadas entre 01/12/2017 e 30/12/2017, com vencimento em 02/01/2018, indexadas ao CDI.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Banco Alfa S.A.	11/02/2010	221.324.180,59	R\$ 221.324.180,59	R\$ 221.324.180,59	Aquisições de direitos creditórios a taxas de mercado, onde as parcelas dos créditos adquiridos vencerão entre 06/01/2017 e 25/02/2025.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Aquisição de direitos creditórios						
Garantia e seguros	Créditos com coobrigação						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2017	3.270.360.773,20	R\$ 3.270.360.773,20	R\$ 3.270.360.773,20	Captações de recursos efetuadas entre 16/10/2012 e 31/12/2017, indexadas entre 100% e 109,00% do CDI, com vencimento até 23/11/020.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Captação de recursos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Banco Alfa S.A.	31/12/2017	86.370,33	R\$ 86.370,33	R\$ 86.370,33	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Banco Alfa de Investimento S.A.	31/12/2017	268.766,22	R\$ 268.766,22	R\$ 268.766,22	Mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Ressarcimento de custos						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento do valor						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Alfa Holdings S.A.	31/12/2017	1.907,01	R\$ 1.907,01	R\$ 1.907,01	Recebido em 19/03/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Consórcio Alfa de Administração S.A.	31/12/2017	1.718,09	R\$ 1.718,09	R\$ 1.718,09	Pagamento efetuado em 19/03/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Corumbal Participações e Administração Ltda.	31/12/2017	1.428.669,12	R\$ 1.428.669,12	R\$ 1.428.669,12	Pagamento efetuado em 19/03/2018	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controladora						
Objeto contrato	Juros sobre o Capital Próprio						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não pagamento.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme mencionado no tópico 16.1, o emissor está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, bem como aos seus diretores e conselheiros e a seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. O emissor também está legalmente proibido de conceder empréstimos ou adiantamentos a pessoas físicas controladoras, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. As operações realizadas com empresas controladoras, controladas, coligadas e empresas sob controle comum, conforme demonstrado no tópico 16.2, são feitas sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil e a taxas e valores médios praticados com terceiros e envolvem (i) captações, operações típicas do mercado financeiro e (ii) serviços prestados entre essas empresas, comuns nestes tipos de organizações. Sempre que aplicável essas operações são suportadas por contratos entre as partes envolvidas.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes relativas às partes relacionadas além das já prestadas nos itens 16.1, 16.2 e 16.3.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2018	423.430.000,00		58.783.569	44.319.187	103.102.756
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.319.187				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2017	400.030.000,00		58.736.269	44.206.287	102.942.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.319.187				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/04/2016	387.830.000,00		59.042.969	44.471.587	103.514.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.471.587				
Tipo de capital	Capital Integralizado				
23/04/2015	379.700.000,00		59.042.969	44.471.587	103.514.556
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	44.471.587				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
23/04/2015	Assembleia Geral Extraordinária	23/04/2015	30.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

20/04/2016	Assembleia Geral Extraordinária	20/04/2016	8.130.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2017	Assembleia Geral Extraordinária	19/04/2017	12.200.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

19/04/2018	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	23.400.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	---------------------------------	------------	---------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações nos anos 2015, 2016 e 2017.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não ocorreram reduções de capital nos anos 2015, 2016 e 2017.

17.5 - Outras informações relevantes

O aumento de capital ocorrido em 19/04/2018 descrito no item 17.2 foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 18/06/2018.

Não há informações complementares relevantes.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há, no estatuto social do Emissor, referência às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.
Outras características relevantes	Não há outras características a serem mencionadas.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais terão prioridade na percepção do dividendo anual de 8% (oito por cento) sobre o valor da parte do capital que representem, pago com preferência sobre qualquer dividendo às ações ordinárias. As ações preferenciais terão direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo). O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo de 25%, no mínimo, do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridade das ações existentes, segundo os termos da Lei e do Estatuto, e, quando for o caso, às resoluções da Assembleia Geral. Por conta dessa distribuição será declarado um dividendo quando do levantamento do balanço do primeiro semestre de cada exercício social.
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os serviços de transferência de ações poderão ser suspensos, para atender a determinação da Assembleia Geral, pelo prazo máximo de 90 dias intercalados durante um ano, não podendo tal suspensão se dar por mais de 15 dias consecutivos.
Resgatável	
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há previsão, no Estatuto Social do Emissor, referencia às condições para alteração dos direitos assegurados pelos valores mobiliários.

Outras características relevantes

Não há outras características a serem mencionadas.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existem regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções nem cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto do Emissor.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2017**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	434.415	3,80	3,50	R\$ por Unidade	3,63
30/06/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.330	4,00	3,80	R\$ por Unidade	3,90
30/09/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	218.680	3,85	3,22	R\$ por Unidade	3,57
31/12/2017	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	175.879	3,45	3,01	R\$ por Unidade	3,27
31/03/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	256.675	4,20	3,70	R\$ por Unidade	3,95
30/06/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	263.307	4,41	3,95	R\$ por Unidade	4,02
30/09/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	494.305	4,71	4,00	R\$ por Unidade	4,21
31/12/2017	Ações	Preferencial	PNA	Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	309.364	5,00	4,30	R\$ por Unidade	4,59

Exercício social 31/12/2016

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.965	2,99	2,19	R\$ por Unidade	2,59
30/06/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	758.001	3,09	2,31	R\$ por Unidade	2,70
30/09/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	178.896	3,60	2,87	R\$ por Unidade	3,24
31/12/2016	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	638.929	4,00	3,23	R\$ por Unidade	3,62
31/03/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	99.577	3,29	3,00	R\$ por Unidade	3,15
30/06/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.518.038	3,29	2,95	R\$ por Unidade	3,12
30/09/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.298.031	3,80	3,28	R\$ por Unidade	3,54
31/12/2016	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	237.344	4,34	3,51	R\$ por Unidade	3,93

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social 31/12/2015

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	356.906	3,65	3,10	R\$ por Unidade	3,45
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	162.991	3,49	3,00	R\$ por Unidade	3,08
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.490.977	3,14	2,50	R\$ por Unidade	2,76
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	250.119	3,10	2,61	R\$ por Unidade	2,68
31/03/2015	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	1.826.197	3,35	2,81	R\$ por Unidade	2,93
30/06/2015	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	413.470	3,49	2,95	R\$ por Unidade	3,04
30/09/2015	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.564.481	3,75	2,54	R\$ por Unidade	2,73
31/12/2015	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	110.661	3,69	3,02	R\$ por Unidade	3,21

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de outros valores mobiliários.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações do Emissor são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

O Emissor não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não emitiu títulos no exterior.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2015, 2016 ou 2017.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

O Emissor não fez ofertas públicas de valores mobiliários de sua emissão nos anos 2015, 2016 e 2017.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

O Emissor não fez oferta pública de aquisição de ações de emissão de terceiros nos anos 2015, 2016 e 2017.

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações a serem prestadas além das anteriormente mencionadas.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
13/11/2017	13/11/2017 à 13/05/2019	4.215.441,00	Ordinária		300.000	0,510641	30.400	3,94	R\$ por Unidade	10,133333
			Preferencial	Classe A	500.000	1,130023	27.700	4,73	R\$ por Unidade	5,540000
Não há.										
15/06/2016	15/06/2016 à 14/12/2017	6.092.038,04	Ordinária		300.000	4,680000	300.000	3,31	R\$ por Unidade	100,000000
			Preferencial	Classe A	900.000	4,740000	154.800	3,31	R\$ por Unidade	17,200000
Não há.										
05/08/2015	05/08/2015 à 04/08/2016	14.036.706,26	Ordinária		396.036	5,000000	396.036	2,76	R\$ por Unidade	100,000000
			Preferencial	Classe A	1.855.311	5,000000	1.855.311	3,66	R\$ por Unidade	100,000000
Não há.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2017****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	30.400	3,94
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	6.700	
Quantidade final	23.700	
Relação valores mobiliários em circulação	0,400345%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Preferencial	Preferencial Classe A		
--------------	-----------------------	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	27.700	4,73
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	27.700	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2016**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
-----------------	--------------------------	-----------------------------------	---------------

Ordinária			
-----------	--	--	--

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	300.000	3,31
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	300.000	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	237.600	3,31
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	237.600	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2015**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	396.036	2,76
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	396.036	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Preferencial	Preferencial Classe A		

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.855.311	3,66
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	1.855.311	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O Emissor não possui política formal de negociação de valores mobiliários.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Qualquer informação a respeito das atividades do Emissor que seja passível de divulgação pública é obrigatoriamente submetida ao crivo da Diretoria do Emissor e, dependendo da sensibilidade da matéria tratada, sujeita à aprovação pelo Conselho de Administração.

O Emissor preparou e atualiza regularmente publicações que orientam todos os seus colaboradores sobre a filosofia do Conglomerado do qual faz parte, bem como sobre as diretrizes de atuação e princípios que norteiam seus negócios. Tais publicações incluem os “Conceitos Básicos e Linha de Atuação”, o “Código de Ética e Conduta”, as medidas de “Prevenção à Lavagem de Dinheiro” e a política de “Segurança da Informação”.

Tais normas incluem regras sobre a proibição à prestação de declarações ou entrevistas a órgão de comunicação sem a prévia e expressa aprovação da Diretoria. Também determinam a vedação absoluta ao uso de informação privilegiada e ao fornecimento a terceiros de informações relativas às atividades do Emissor sujeitas ao sigilo profissional.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Ao identificar ato ou fato que possa ser caracterizado como relevante para o Emissor, e desta forma sujeito à divulgação nos termos do Artigo 157 da Lei nº 6.404/76, e da Instrução CVM nº 358/02, a Diretoria do Emissor submete-o à análise da Presidência e da Diretoria de Relações com Investidores que, conjuntamente, quando entendem ser o caso, elaboram o respectivo Comunicado e adotam as providências para sua divulgação.

A manutenção do sigilo destas informações, até sua divulgação na forma regulamentar, é assegurada pelo seu acesso restrito até a divulgação, permitido somente aos administradores, bem como pelas regras de sigilo profissional acima mencionadas, sempre aplicadas criteriosamente e com máximo rigor.

A Política de Divulgação do Emissor determina que a divulgação de fato relevante se dará através de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores – Internet, onde a informação completa estará disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão do Emissor sejam admitidos à negociação.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações do Emissor é o Diretor responsável por Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a serem fornecidas.